

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELI GERTRUDES CANDIDO MARON

O DISCURSO DA CNI PARA LEGITIMAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO COMO
INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E MODERNIZAÇÃO
TRABALHISTA

CURITIBA
2018

DANIELI GERTRUDES CANDIDO MARON

O DISCURSO DA CNI PARA LEGITIMAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO COMO
INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E MODERNIZAÇÃO
TRABALHISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina Monografia, como requisito parcial à
conclusão do curso de Direito – Habilitação em Direito
do Estado, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Marco Aurélio Serau Junior

CURITIBA
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, aos meus familiares, minha mãe e amiga Carmen Teresa Candido que, na singeleza e presteza dos seus gestos e conselhos, me constitui rocha “pero” sem perder a ternura, ao meu super marido Eduardo Maron Neto que ratifica com seu apoio incondicional o amor que sentimos um pelo outro, à minha amada filhinha Nina Candido Weber Maron que do alto dos seus cinco anos de idade me passa lições de gente grande, à minha sogra e amiga de quem tenho imenso orgulho por suas conquistas, dedicação e força Neura Maria Weber Maron a quem agradeço pelo incentivo e amor orientados a emancipação e crescimento da nossa família, ao meu sogro Alfredo Maron pela amizade e considerações valiosas, à minha admirada cunhada Manuela Weber Maron por todo auxílio e carinho.

Agradecimento especial ao meu orientador Marco Aurélio Serau Júnior pelos ensinamentos, apoio e confiança em todo processo da pesquisa. Aos professores Aldacy Rachid Coutinho, Thereza Cristina Gosdal e Paulo Ricardo Opuszka que me aproximaram do universo do Direito do Trabalho, e ao professor Abili Lázaro Castro de Lima por me apresentar diversos instrumentos para leitura e compreensão do mundo.

A todos os professores desta Casa pela doação e garantia de ensino público de qualidade.

Aos meus colegas do trabalho Thiago Moreira dos Santos, Suryen Choinski, Renato Campos de Oliveira, Carlos Mitsuaki Nishina e Karen Luana Tonkelsski pelas nossas conversas e pela convivência.

Agradecimento especial a Katia Lichtvan.

Aos funcionários do Departamento e Coordenação de Ciências Jurídicas que contribuíram com este trabalho, direta e indiretamente.

Todos juntos somos fortes
Somos flecha e somos arco
Todos nós no mesmo barco
Não há nada pra temer
Ao meu lado há um amigo
Que é preciso proteger
Todos juntos somos fortes
Não há nada pra temer
E no entanto dizem que são tantos
Saltimbancos como somos nós

Os Saltimbancos

Luiz Enriquez, Sérgio Bardotti e Chico Buarque de Holanda

RESUMO

A presente pesquisa tem como centro a investigação do discurso realizado pela CNI em favor da terceirização dos serviços, constituindo como *corpus* de análise sua cartilha intitulada as “101 Propostas para Modernização Trabalhista” publicada no ano de 2012. Baseada nas discussões sobre a formação do discurso consolidadas em diferentes obras do círculo bakhtiniano busca-se analisar as diferentes estratégias discursivas e os efeitos de sentido delas advindas. Dentre as estratégias de representação da palavra do outro se destaca, no discurso da CNI, o uso do *discurso indireto analisador de conteúdo*, categoria bakhtiniana de discurso indireto específica para citação em discursos retóricos que tem a potencialidade de homogeneizar a enunciação, por portar voz de autoridade, e de legitimar a palavra de seu locutor junto ao pequeno e grande diálogo nas diferentes esferas da sociedade em favor da reforma, desta forma em meio a um “jogo de poder social” (FARACO, 2006, p.52), via força centrípeta, este grupo “impõe uma verdade social (a sua) como a única verdade” (FARACO, 2006, p.52). Conclui-se que o uso do discurso indireto analisador de conteúdo, presente no documento analisado e reproduzido em parte no corpo da lei aprovada no ano de 2017, revela as relações políticas de dominação ideológica desnudadas pela convocação do enunciador de vozes hegemônicas, a voz do poder executivo e legislativo, que buscam desqualificar e abafar outras vozes inclusive a da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Dialogismo. Discurso. Efeitos de sentido. Terceirização. CNI. 101 Propostas para Modernização Trabalhista.

ABSTRACT

The present research has as objective the investigation of the discourse carried out by CNI in favor of the outsourcing of the services, using for its analysis the booklet titled the 101 Proposals for Labor Modernization published in 2012. This article examines salient discursive strategies and its effect deployed by CNI when outsourcing of the services, comparing them with different discussions of the Bakhtinian theory. Among the different semantics of direct and indirect discourse, CNI chose to use the reported speech of the Bakhtinian theory when quoting rhetorical discourses, because potentially has the power to standardize the reasoning, carrying a voice of authority to legitimize the word of its speaker within the different spheres of society in favor of the reform, wherefore by a "social power play" (FARACO, 2006, p.52) this group "imposes certain social truth (his) as the only truth" (FARACO, 2006, p.52). The results show that the use of the reported speech in that document and reproduced, in part, at the law approved in 2017, reflects thru homogenic discourse the ideological domination of the narrator, mainly the executive and legislative branch of power, which seek to disqualify and repress other discourses, including of the working class.

Keywords: Dialogism. Discourse. Sense effects. Outsourcing. CNI. 101 Proposals for Labor Modernization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 BREVE HISTÓRICO: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO CAPITALISTA E A PARTICIPAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	10
2.1 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA.....	14
3 TERCEIRIZAÇÃO.....	19
4 ANÁLISE DO DISCURSO EMPREGADO PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NA APRESENTAÇÃO, INTRODUÇÃO E PROPOSTA Nº 19: “TERCEIRIZAÇÃO”, DAS “101 PROPOSTAS PARA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA”	27
4.1 CONCEPÇÕES SOBRE LINGUAGEM DESENVOLVIDAS POR BAKHTIN E SEU CÍRCULO.....	27
4.2 O DISCURSO DA CNI EM SUA AGENDA DE PROPOSTAS: “AS 101 PROPOSTAS PARA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA”	35
4.2.1 Análise do discurso: Apresentação das propostas.....	37
4.2.2 A Introdução das 101 propostas para modernização trabalhista: análise do discurso empregado pela CNI.....	41
4.2.3 Análise do discurso empregado pela CNI a respeito da proposta especificamente destinada à terceirização.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

O direito pátrio tem por base axiológica o princípio da tutela integral da dignidade humana, princípio guardado pelos postulados constitucionais da valorização social do trabalho, da igualdade material, da justiça distributiva e da solidariedade contratual.

O direito do trabalho constitui atualmente em ramo do direito em franca desregulamentação, fato que justifica a importância do debate visto a insegurança jurídica e retrocessos trazidos pelo fenômeno econômico da ampla terceirização. As mudanças internas ocorridas no ordenamento justabalhista tem sua origem fora dele, nas relações econômicas da sua época. Como parte componente da superestrutura da sociedade, também o direito do trabalho passa a acompanhar as transformações ocorridas na infraestrutura. O modo de produção da sociedade acaba por influenciar e redefinir um modelo político correspondente, que se ajuste de forma a justificar sua existência e sua manutenção. O direito, assim como as relações de trabalho são reflexo das condições sociais e econômicas de uma dada época, tendo, com isso, sua autonomia e contornos redefinidos de acordo com o modelo econômico vigente.

Na atual conjuntura, em que a lógica do Estado Democrático de Direito, fundado na valorização da pessoa humana, encontra-se submetido à lógica de mercado, consolida-se a sociedade de consumo que, segundo Jessé Souza (2017, p. 16), “colonizada intelectualmente” por idéias liberais, gesta e multiplica os valores da individualidade, competitividade, cooptação e mercantilização de todos os aspectos da natureza e da vida. Neste prisma, o discurso dominante é da incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e a manutenção dos direitos sociais consolidados constitucionalmente.

Segundo Antunes (2004), o mundo do trabalho tem papel vital na história da atividade humana, em sua constante luta pela sobrevivência, dignidade e justiça social. É pelo trabalho que o indivíduo transforma a natureza externa e é transformado. O trabalho ocupa posição central em seu processo de sociabilidade e emancipação. Porém, se, por um lado, o consideramos como ponto fundamental no processo de humanização, por outro, a sociedade capitalista tende a encerrá-lo em trabalho alienado, meio de mínima subsistência, exploração e máximo lucro.

Nesta última dimensão, reforça Antunes (2004), a força de trabalho, tida como mercadoria apta a criar novas mercadorias e a valorizar o capital, transmuta-se de condição vital para a realização social para meio de existência individual, sendo a expressão de uma relação social fundada no capital e na propriedade privada.

Considerando esta dupla dimensão do trabalho que será realizado o presente estudo intitulado “O Discurso da CNI para Legitimação da Terceirização como Instrumento de Desenvolvimento Nacional e Modernização Trabalhista”. Sendo a terceirização uma das propostas apresentadas pela Confederação Nacional da Indústria no ano de 2012, em sua publicação “101 Propostas para Modernização Trabalhista”.

Nosso trabalho tem por escopo investigar a forma e a compatibilidade dos discursos elaborados para legitimação do fenômeno da terceirização de serviços e os possíveis efeitos apresentados pelo instrumento proposto, apontando as seguintes questões: Existem antinomias entre o serviço terceirizado e o discurso construído para legitimá-lo? Se a terceirização das atividades-meio teria como justificativa a manutenção da qualidade e do foco nas atividades-fim da empresa, qual é a narrativa utilizada para justificar a ampla terceirização?

Para atingir o objetivo e responder aos questionamentos propostos, este trabalho utilizará como metodologia a pesquisa bibliográfica, de periódicos e documental, consultando ainda a doutrina e a jurisprudência produzidas na área. Em sua estrutura, este trabalho será organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo conterá uma breve abordagem dos antecedentes históricos, econômicos e sociais que viabilizaram a prevalência de determinado discurso, bem como, recorte do processo de desenvolvimento e amadurecimento da Confederação Nacional da Indústria e sua participação e influência na área econômica e política do Brasil. O segundo capítulo destina-se a apresentar considerações preliminares acerca do conceito, características, finalidade e regime jurídico atinentes ao instituto da terceirização. O terceiro será dedicado à apresentação dos atores e do projeto de terceirização bem como, a análise dos seus discursos justificadores. Por fim, partindo dos fragmentos reunidos nos capítulos anteriores, pretende-se reconhecer (ou não) a presença de dissonâncias entre o discursado e o instituto proposto como promessa de realização do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

2 BREVE HISTÓRICO: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO CAPITALISTA E A PARTICIPAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O trabalho é a atividade fundamental, caracterizadora do ser humano como tal, através da qual o homem transforma a realidade e a natureza e é também dialeticamente pelo trabalho transformado. No decorrer da história, o trabalho sempre ocupou lugar essencial, assim como sua organização e sua divisão. Para Antunes (2004), o trabalho começa de uma produção modesta, como fruto do trabalho das mãos na elaboração de instrumentos que viabilizaram tanto a exploração da terra e a domesticação dos animais, como propiciaram a conquista de diferentes meios para a emancipação do homem.

Na fase pré-capitalista européia, entre os séculos XII e XIV, segundo Antunes (2004), a primitiva propriedade comunal correspondia a um estágio do desenvolvimento do homem no qual sua expectativa estava limitada a promoção, de um lado, de coisas imediatas e, de outro, ao excedente de terras livres. Para Antunes foi a escassez dessas terras livres que colocou fim à propriedade comunal: terras aráveis e comunais deram lugar a pastagens encerradas ao comércio.

Segundo Coutinho (2015), foi a expropriação, o despojo e a introdução do latifúndio que levou a grande massa trabalhadora à compulsória proletarização, emergindo nova relação social na qual não sobraram aos expropriados alternativas senão a venda de seu único bem ao mercado, sua força de trabalho, por valor suficiente para a manutenção de sua subsistência. Consolidam-se assim no feudalismo as bases do sistema capitalista, no qual o desapossamento dos meios de produção da grande massa trabalhadora propiciou a ascensão da burguesia como classe social detentora dos meios de produção, do poder político, social e econômico.

Nos ditos de Coutinho (2015, p.37), “nenhum sistema econômico é destruído sem que estejam presentes as condições materiais objetivas para tanto, isto é, sem a presença de alterações profundas no seu interior, sejam elas vagarosas ou aceleradas”. Este processo de proletarização apoiado pelo Estado através de seu aparato repressivo resulta na formação de extremos, do qual surgem de um lado trabalhadores miseráveis, que vivem para o trabalho, e de outro lado, os ricos, que

vivem do trabalho alheio, contradição que se traduz em constantes crises, tensões sociais e na luta entre as classes.

Conforme Antunes (2004), “a cabeça que antes planejava o trabalho, o desenvolvimento da sociedade a partir das próprias mãos, já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho por ela”.

Da necessidade de proteger a burguesia tanto da resistência, quanto das ameaças da classe operária, bem como atender suas demandas no tocante à criação de novos mecanismos para absorção da classe trabalhadora, como segurança, instauração de impostos e criação de leis trabalhistas que favoreçam o capital, que nasce no século XV a era da modernidade burguesa (COUTINHO, 2015).

Movidos pelo seu impulso “inovador” e pelo desejo por conquistar novos mercados, todo o processo, desde as grandes navegações, quanto a lenta substituição da fase comercial agrícola pelo capitalismo industrial de sistema fabril entre os séculos XV a XVIII, carrega consigo, apesar da aparente naturalidade e progresso, as marcas da violência, escravidão, expropriação do outro, que em todas as suas fases, revela-se ser sua principal fonte de geração de riqueza.

Apresentam-se como imperativos do sistema capitalista a superexploração, acumulação, autoexpansão, competitividade, maximização dos lucros – mais-valia e também as incessantes crises e reconstruções no interior do sistema como elementos necessários à manutenção da sua própria existência.

Seguindo este fluxo, logo a lógica mercantilista, com suas contenções e restrições de caráter nacionalista, diante da potencialidade oferecida pelo processo industrial, teria o mesmo destino, haveria de ser substituída (sobreposta) por teoria econômica que melhor se ajustasse aos interesses de manutenção de lucros da classe burguesa, para a qual o *laissez-faire*, traduzida em iniciativa sem limites, participação reduzida do Estado – cuja única finalidade seria a proteção da propriedade privada – seria o bastante para regular o mercado, a concorrência, o consumo e o mundo do trabalho em busca do máximo lucro, segundo Antunes (2004), extraído da mais-valia absoluta, capital vivo.

Diante desse crescente quadro de exploração e repressão nasce o sentimento de classe e a organização coletiva da classe trabalhadora em partidos e sindicatos que, a partir do século XIX, deflagram diferentes ações revolucionárias, as quais colocam em xeque o regime econômico e as instituições do Estado burguês,

vislumbrando na transformação da sociedade burguesa, meio para conquista da sua emancipação.

Fazem parte da natureza e da história do capitalismo as constantes crises e contradições em seu próprio sistema, não sendo diferente em sua fase liberal, marcada pelo capitalismo industrial monopolista – no qual o trabalhador é reduzido a um apêndice das grandes máquinas e aos cronometrados gestos repetitivos implementados pelo modelo fordista de produção. Tal modelo, já nas décadas iniciais do século XX, sofre sua primeira crise mundial, em parte decorrida pela super acumulação de capital, para qual a solução aplicada foi a crescente disputa entre as nações imperialistas por economias periféricas, aptas a receber, a um alto custo, seus empréstimos financeiros, excedentes e a fornecer matéria-prima e força de trabalho (COUTINHO, 2015).

A falta de mecanismos para regulamentar as atividades capitalistas em escala mundial, somada à ausência de intervenção estatal nas relações econômicas e sociais agravada pela sede de dominação econômica de outras nações, levaram o ideário econômico liberal a duas guerras mundiais, à instauração de regimes totalitários na Itália e Alemanha, e à quase derrocada do sistema na crise de 1929 nos Estados Unidos. No pós-guerra não se pode, segundo Coutinho, falar em abandono do modelo liberal, mas sim de recuo, com o fim de minimizar os seus efeitos sobre grande parte da população. Nesse contexto que é realizado o Acordo de Bretton Woods (1944), assim como a criação de diferentes organismos internacionais que buscavam impor limites e uma certa uniformidade na política econômica internacional com base na intervenção estatal na economia, buscando a implementação de políticas de pleno emprego da população, medidas de regulação da concorrência empresarial, investimento público e igualdade de acesso ao mercado internacional. Foi entre as décadas de 1940 e 1960, a chamada Era de Ouro do capitalismo ou do Estado de Bem Estar Social, em que, após longo histórico de lutas, as classes trabalhadoras conseguiram consolidar algumas leis protetivas. Ocorre, porém, que, ao capital “aborrece a falta de lucro” (MARX, 1979, p. 113). Entre os anos 1960 e 1970 a classe dominante burguesa reage e até a presente fase capitalista busca abolir todas as limitações impostas ao livre mercado.

A contínua supervisão da produção e do sistema social, a permanente agitação e falta de segurança são, segundo Marx e Engels (1998, p. 43), os diferenciais da era burguesa. Nas palavras de Melhado (2006, p. 29), “são inerentes

ao capitalismo as fases cíclicas que se sucedem numa constante construção e destruição”.

A disputa por mercado entre a Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos no início dos anos 1970, durante a vigência do Estado de Bem Estar Social, forja, segundo Coutinho, um novo modelo de gestão e produção capitalista e que marca a transição do segundo para o terceiro período da revolução industrial no qual todos os avanços tecnológicos desenvolvidos pela sociedade como um todo serão novamente utilizados por aqueles a quem sempre são conferidos a propriedade e a totalidade dos créditos, como forma de intensificar o controle, a expansão, a exploração predatória e a crescente desvalorização do trabalho vivo. São instaurados como resposta à crescente disputa intercapitalista, além da quebra de acordos como Bretton Woods, pelos Estados Unidos, uma série de ações que buscam a reestruturação do modelo produtivo e laboral vigente fordista-keynesiano. O incremento na inovação tecnológica, somado ao intenso movimento de fusões e incorporações empresariais, formam oligopólios que consolidam o deslocamento da planta produtiva para regiões geográficas distintas do globo, moldando-se assim a empresa enxuta, especializada, horizontalizada e flexível de origem japonesa, caracterizada pela fragmentação do processo produtivo, denominada como modo de produção toyotista. Tais medidas, somadas aos ataques aos pilares sociais-democráticos construídos no pós-guerra, conformam discursos em favor da privatização e da flexibilização dos processos e do ordenamento jurídico. Uma tentativa organizada e unificada de flexibilização de tudo, com exceção dos sagrados lucros, na qual se apregoa a manutenção de um Estado mínimo, somente para os desfavorecidos, gerando um ambiente onde tudo se normaliza, seja a subcontratação de serviços, através do estratégico expediente de gestão empresarial, a terceirização, seja a precarização do trabalho e da vida sócio-econômica e política.

A terceirização é fenômeno característico da presente fase capitalista de acumulação flexível. Em nome do dinamismo e da flexibilidade, grandes somas de dinheiro são transferidas de um lado a outro do planeta em questões de segundos, empresas são fechadas em Seattle para serem abertas na Indonésia. O trabalhador que anteriormente recebia uma gama de benefícios, ainda que incipientes, acaba por se deparar com a ameaça do desemprego, é obrigado a aceitar qualquer condição de trabalho, redução de direitos, redução de salário, redução de vida,

redução de saúde. Não raro, em caso de demissão, é contratado por empresa prestadora de serviços da empresa que o demitiu, para realizar a mesma atividade, recebendo metade do salário anteriormente percebido. A flexibilização do trabalho não se trata de uma escolha, de um benefício, de uma chance de empreendedorismo, mas sim de uma imposição advinda do grande capital internacional organizado, que utiliza como lógica a falácia do desenvolvimento pela competitividade, a desregulamentação indiscriminada da legislação nas mais diversas áreas, notadamente a trabalhista, que vem inevitavelmente acompanhada da desregulamentação da cidadania, da brutalização e da precarização.

Segundo Furtado (1996, p.35), essa “ação no plano internacional, movida pela superestrutura política, abre portas às transformações de fundo, trazendo as grandes empresas para uma posição de poder vis-à-vis dos Estados” que, submetidos aos interesses corporativos, vêem seu poder e autoridade, bem como sua capacidade de restabelecer o equilíbrio, deslocada, possibilitando, com isso, a erosão de sua governança e soberania.

O liberalismo revisitado ataca com destemor o Estado Democrático de Direito. O capitalismo de acumulação flexível é um modo de produção que não vê limites, não vê empecilhos para implementar, fortalecer e expandir sua lógica produtiva. Não há soberania estatal que seja páreo para tal movimento, não há democracia, não há representatividade que se coloque como barreira para o processo de desregulamentação e flexibilização. Mais uma vez o sólido se desmancha para ser reconstruído de maneira completamente diferente.

2.1 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Neste contexto, ao pensarmos no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sua história recente, consta como ator fundamental deste processo a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Desde a década de 1970, o capitalismo mundial vem passando por intensas transformações que incluem a discussão do papel do Estado, das relações econômicas mundiais, reestruturações de base tecnológica da produção industrial e dos “novos” contornos que serão impostos às forças de trabalho. Atualmente sob o mote concorrencial característico da fase de acumulação flexível, passam a fazer parte do discurso da burguesia industrial nacional diferentes tentativas de

articulações do binômio: modernização x legislação trabalhista. Diante de panorama unilateral de queda de número de empregos, queda de produção, queda de investimentos e de incorporação de desenvolvimento tecnológico, em defesa da redução do *Custo Brasil* e de um modelo legal trabalhista mais moderno, ou melhor, mais adequado aos novos desafios econômicos globais o empresariado passa sistematicamente a defender, numa dinâmica desproporcional e coordenada, a flexibilização de garantias sociais, do direito previdenciário e trabalhista.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) é uma das mais importantes entidades político-sindicais do empresariado nacional. Seu sistema de formação de força de trabalho industrial em larga escala composto pelo Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL), guardados seus respectivos momentos históricos, foi responsável não só pela introdução dos modelos taylorista e toyotista de produção como pela conformação do espírito e da força de trabalho em suas fábricas de cidadãos, sua postura propositiva sobre o Estado, sua influência sobre a mídia e formadores de opinião além de revelar sua densidade na formação político-social brasileira, revelam seu importante papel como difusor ideológico da burguesia interna. Segundo Armando Boito Jr. (2007), a burguesia brasileira divide-se em diferentes frações que estão em constante conflito de interesses e disputa pela hegemonia no bloco de poder dentro do capitalismo neoliberal brasileiro. Dentre estas frações hierarquicamente divididas temos: a burguesia nacional (posição anti-imperialista); burguesia compradora (grande capital financeiro internacional e grandes bancos nacionais) fração da burguesia que representa a extensão dos interesses imperialistas dentro dos países periféricos, sendo a fração hegemônica no modelo neoliberal e a burguesia interna, fração subalterna ao grande capital financeiro internacional preterida em seus interesses, a qual pertence a CNI e a grande burguesia industrial interna e a do agronegócio.

A Confederação Industrial do Brasil (CIB), datada de 1904 e constituída por iniciativa de quatro federações de indústrias (Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), cede lugar à CNI fundada em 12 de agosto de 1938, e, marcada pela Era Vargas, passa a representar 27 federações do Estado brasileiro. Segundo Marisa Leme essa aglutinação corporativa industrial se deu como processo reflexo a pressão exercida pelo movimento operário que se organizava em 368 associações espalhadas pelo país nos idos de 1919 (LEME, 1978, pp. 10-11).

Podemos também considerar como parte deste processo os seguintes eventos: a crise internacional de superprodução de 1929, a queda da hegemonia oligárquica cafeeira e, conseqüentemente, a derrocada da República Velha em 1930, os seguidos movimentos grevistas e os confrontos ocorridos entre os integralistas e os movimentos antifascistas dentre os anos de 1934 e 1937 e a instauração de Estado Novo que representa a aliança entre a burguesia industrial e a burocracia militar e civil com o intuito de industrializar o Brasil (FAUSTO, 2004, pp. 319-357).

Fazem parte do sistema CNI (CNI, 2008), as entidades SENAI e SESI, criadas por decreto-lei e cujas direções foram entregues a entidade corporativa da burguesia nacional. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, atende às carências dos industriais quanto à formação profissional e reposição de mão de obra. O Serviço Social da Indústria (SESI) criado em 1946, foi, conforme os ensinamentos de Boris Fausto, criado na Era Dutra em meio ao acirramento da luta de classes, perseguição ao movimento sindical e repressão à classe trabalhadora (FAUSTO, 2004, pp. 397-403). O SESI é uma entidade que vem, através de uma série de medidas, além de buscar conciliação entre as classes sociais conformar moral e civicamente a força de trabalho, deixando clara a intenção de criar aparelho que pudesse abarcar todas as faces da formação humana da classe trabalhadora. Conforme aponta Rodrigues (2005, p. 2), “é no contexto mundial de prestígio da URSS, de início da Guerra Fria, de relativo acirramento da luta de classes no Brasil, de repressão ao movimento dos trabalhadores, conhecido como ‘período democrático’, que o SESI foi criado”.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL 1969) foi fundado em pleno regime militar, após período democrático considerado, segundo os ensinamentos de Fausto, por seus atores políticos como incapaz de resolver os conflitos sociais do período, contexto no qual vence a tese da direita que converte os conservadores moderados a seu favor de que somente um golpe “purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo” ao lado do terror implantado pela ditadura militar, o Brasil vive o “milagre econômico” (FAUSTO, 2004, p.458 e p. 482) e grandes reformas no sistema educacional. O IEL, resultado dessa fase nacional, foi criado para atuar como intermediador dos interesses da classe burguesa dentro das universidades, através da integração do ensino superior com a indústria, buscando absorver os estudantes em diferentes fases de sua formação, seja no período inicial, aproximando-os por meio de estágio supervisionado nas

linhas de montagem, ou na fase seguinte na qual conforma os profissionais, através da oferta de bolsas para pesquisa, cursos de aperfeiçoamento e de gestão corporativa, promovendo uma formação instrumental de mão de obra de nível superior ajustada às demandas do mercado de trabalho, ou seja, atuando em última análise como instrumento de recrutamento de mão de obra especializada.

Após décadas de controle sobre parte da formação profissional da força de trabalho industrial nacional através do SENAI, com o fim do regime autoritário e durante a transição democrática instaurada pela redação da nova Carta Constitucional, que ocorre a maior transformação na estrutura da CNI que, para manter o controle absoluto dessas entidades, se protege dos anseios para sua democratização e socialização criando o sistema CNI que passa a operar uma articulação pedagógica através do SENAI, Sesi e IEL, composição aceita na época por ser considerada como capaz de liderar os empresários e atender aos novos desafios que estavam por vir.

Com o fim do governo Sarney e o início do desmonte do estado brasileiro, pela implementação de uma modernização conservadora das relações econômico-sociais promovidas pelo governo Collor, é no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995 e sua revisão constitucional no qual se operam novas disputas político-institucionais que a CNI lança sua cartilha *Custo Brasil*, na qual aponta as ditas ineficiências do Estado, que estariam transferindo custos para o interior das empresas. Dentre estes custos se encontrariam o sistema tributário, a legislação trabalhista e a tributação compulsória para a sustentação do sistema CNI. Através da indicação destes entraves a serem superados para aumento de empregos e investimentos que a entidade busca continuar a modernização conservadora interrompida com o *impeachment* de Collor. Dando seqüência ao seu projeto de construção e reconstrução de seus aparelhos de hegemonia em 1997 os seus projetos alcançam a mídia televisiva através do Telecurso 2000.

A partir deste breve resgate histórico sobre a formação e desdobramento da Confederação Nacional da Indústria pode-se detectar que: por trás de suas decisões e também das suas sugestões governamentais estão presentes ações que primam pela defesa de seus interesses históricos e imediatos, aos quais seus discursos tentam dar ares de universalizantes; o importante apoio do Estado na criação e manutenção dessa estrutura sindical-corporativa e também na ocultação do papel hegemônico da burguesia enquanto classe.

Seção IV Das Prerrogativas, Competências e Proibições

Art. 4º - A CNI exercerá as seguintes prerrogativas:

- I - defender, coordenar e representar, no âmbito nacional, os interesses da indústria perante todas as instâncias, públicas e privadas;
- II - firmar instrumentos de negociação coletiva;
- III - indicar os representantes da indústria junto a órgãos e organismos nacionais ou internacionais;
- IV - estipular contribuições;
- V - receber contribuições legais;
- VI - organizar, orientar, administrar e dirigir, com exclusividade, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), nos termos dos seus respectivos regulamentos;
- VII - orientar, com as demais entidades mantenedoras, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL);
- VIII - receber os recursos referentes às atividades de organização, orientação, administração e direção superior do SENAI e do SESI, nos termos dos respectivos regulamentos. (CNI, 2008)

Para compreender o processo de construção dos atores sociais integrantes neste trabalho e a materialidade das relações sociais, buscamos demonstrar como a CNI se tornou um, não o único, importante órgão de representação e aglutinação de vontades dispersas da burguesia industrial nacional ao longo de sua existência, concentrando em suas mãos a (con)formação profissional, o lazer e a saúde de parte significativa do operariado brasileiro, e como realizou a construção de sua rede hegemônica, tornando-se, também, importante interlocutora tanto no poder Executivo quanto Legislativo, sendo todos estes sujeitos destinatários, interlocutores dos seus discursos.

3 TERCEIRIZAÇÃO

A doutrina brasileira costuma denominar o instituto de subcontratação, nova *marchandage* (COUTINHO, 2015), *outsourcing* e terceirização. Segundo Delgado (2013, p. 436), a “expressão terceirização resulta de neologismo, proveniente da palavra terceiro”, sendo este apreendido como intermediário. Expressão e significado desenvolvido pelo meio empresarial para representar procedimento de gestão empregatícia, pelo qual se desloca a realização de serviços essenciais ou não, de uma empresa para outras organizações especializadas no desenvolvimento de determinadas atividades.

A terceirização trata-se da inclusão de terceira pessoa ou intermediário, interveniente na relação jurídica antes limitada às figuras do empregador e do empregado, ou seja, no clássico modelo empregatício bilateral (artigos 2º e 3º da CLT).

Essa triangulação das relações de trabalho opera-se da seguinte maneira: a entidade intermediária denominada prestadora ou fornecedora de serviços (EPS), contratada via contrato civil (artigo 593, Código Civil), pactuado entre empresas, prestará serviços nos quais é notoriamente especializada, através do deslocamento de sua unidade produtiva, sob sua gerência, dispondo de tecnologia e ferramentas próprias para dentro do ambiente organizacional da empresa tomadora de serviços (ETS). Desta forma o trabalhador é inserido no processo produtivo do tomador de serviços sem que se tenha com este vínculo justralhista, este constituído somente com a empresa interveniente, configurando relação trilateral (DELGADO, 2013, p. 436).

A esse respeito seguem as considerações de Wagner Giglio (2011, p. 391):

toda a estrutura dos poucos princípios, como os da integração do empregado na empresa, da continuidade do vínculo do empregado, do equilíbrio de representação coletiva do contrato com a possibilidade de sindicalização e o direito de greve, todos esses princípios são descumpridos quando ocorre a terceirização.

Para o Direito do Trabalho, segundo Delgado (2013), trata-se de um meio pelo qual ocorre a desvinculação da relação econômica do trabalho da relação justralhista.

Porém, para evitar que este instituto seja utilizado para intermediação ou locação de mão-de-obra que a doutrina e a jurisprudência justralhista implementaram ao fenômeno várias restrições. Cabe definir o que se entende por intermediação de mão-de-obra. A intermediação ou locação de mão-de-obra ocorre quando a empresa prestadora restringe-se a contratar trabalhadores e a os enviar para trabalhar de forma não eventual e pessoal, sob fiscalização, direção organizativa e gestão direta da tomadora dos serviços, neste caso a empresa de terceirização não passaria de uma empresa de locação de mão-de-obra, procedimento que viola o fundamento da República Brasileira, que é fonte de validade de todas as normas integrantes do ordenamento jurídico nacional, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana do trabalhador (art. 1º, III, CF/1988), na medida em que o reduz à condição de coisa que pode ser intermediada entre empresas, bem como desrespeita tanto a noção constitucional da valorização social do trabalho (art. 1º, IV, CF/1988) quanto o primeiro mandamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT): o trabalho não é mercadoria, nem artigo de comércio.

Com o intuito de afastar a modalidade de locação de mão-de-obra que são instituídos requisitos caracterizadores da terceirização lícita, segundo Rodrigo Carelli (2003), estes são cumpridos quando a empresa intermediária possuir notoriedade nos serviços que negocia, quando possuir clientela própria, quando ministrar os meios de consecução de sua atividade econômica e quando realiza recrutamento, treinamento, gestão, fiscalização e organização produtiva dos serviços que realiza.

Para melhor estudo e compreensão do fenômeno, faz-se mister a análise da evolução legislativa a este respeito.

Conforme doutrina vigente, o instituto da terceirização é relativamente novo no Direito do Trabalho nacional e só vem assumindo maior destaque nos últimos trinta anos. Para Delgado (2013, p. 437), podemos considerar “referência incipiente” da terceirização, porém se a mesma denominação e ênfase assumidas na atualidade, a menção celetista, realizada na década de 1940, a duas figuras de subcontratação de mão-de-obra: a empreitada e subempreitada (art. 455 da CLT) e a pequena empreitada (art. 652, “a”, III, da CLT). Apenas teremos, entretanto, as primeiras referências legais a este respeito no fim dos anos 1960 e início da década de 1970 com a edição do Decreto-Lei nº 200/1967 (artigo 10º) o qual dizia respeito somente ao segmento público. Através deste Decreto-Lei intentava-se a prática de

descentralização administrativa, através da contratação de trabalhadores assalariados por empresa interposta para realização de serviços instrumentais e de execução no âmbito da Administração Pública, faltando naquela circunstância delimitação quanto à extensão das atividades terceirizadas autorizadas, sendo estas definidas e restringidas pela Lei nº 5.645/1970 às atividades-meio.

Nos anos 1970 foram incorporadas pela legislação heterônoma normas autorizativas – de efeitos restritivos – que estendiam ao campo privado da economia a possibilidade do que chamaríamos no futuro de terceirização, com a edição da Lei nº 6.019/1974 (Lei do Trabalho Temporário, restrito a contratos de curta duração) e da Lei nº 7.102/1983 de caráter permanente, porém restrita a conjunto específico de trabalhadores, rol ampliado pela Lei nº 8.863/1994.

Devido ao aumento crescente do uso do instituto nos últimos trinta anos no segmento privado, frente à multiplicidade de situações e de interpretações jurisprudenciais, que extrapolavam e muito a possibilidade de aplicações análogas aos diplomas legais da Administração Pública, e a inexistência de texto legal específico, que o Tribunal Superior do Trabalho editou as súmulas 256/1986 e a 331/1993.

A Súmula 256/1986 TST dispõe o seguinte: “salvo os casos previstos nas Leis nº 6.019/1974 e 7.102/1983 é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços”.

Como resposta às críticas tecidas à Súmula 256/1986 foi editada nova Súmula, a nº 331/1993 TST, que desde a sua edição sofreu seguidos ajustes: através da resolução nº 96/2000 (que inclui definição de abrangência acerca da responsabilidade subsidiária); após decisão do STF, no ADC 16/2010, na qual foi afastada a responsabilidade objetiva do Estado em casos de terceirização inclui-se na súmula 331 o inciso IV, para o conjunto da economia e da sociedade, o inciso V, que se refere às entidades estatais, e por fim, após resolução 174/2011 que trata da responsabilidade da tomadora de serviços, inclui-se o inciso VI. Após ajustes a Súmula 331/1993 TST apresenta-se conforme disposto abaixo:

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Segundo Delgado (2013), foi significativa a referência que a súmula 331 fez em relação à atividade-meio, visto que esta passou a ser um dos critérios de aferição de litude ou não da atividade terceirizada realizada. Por atividade-fim entende-se que se tratam “das funções e tarefas empresariais e laborais que se ajustem ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador de serviços”. Por atividade-meio “das funções e tarefas empresariais e laborais que não se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador dos serviços”. Dentre as atividades elencadas pelo texto da Lei nº 5.645/1970 temos: “serviços de transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outros assemelhados e atividades instrumentais”.

Com a inclusão do parágrafo único no artigo 442 da CLT, pela Lei nº 8.949/1994, houve um aumento da terceirização dentro das cooperativas, visto que dispõe a inexistência do vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados e entre os associados e a tomadora de serviços desta, conteúdo que foi reforçado pela Lei nº 12.690/2012, porém, com a expressa proibição do uso da cooperativa para intermediação de mão-de-obra subordinada.

Na Constituição de 1988 são claros os limites impostos ao processo de terceirização das relações de trabalho, estes elencados nos seguintes fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil:

Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 170, caput/CF/1988 – busca pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

Art. 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No capítulo I do Título VII a Constituição estabelece os princípios gerais da atividade econômica, nos quais são garantidos a todos uma existência digna (caput art. 170), princípio da função social da propriedade (art. 170, III), busca do pleno emprego (art. 170, VIII) e a redução das desigualdades sociais (art. 170, VII). Dentro desta lógica protetiva estabelece ainda no Capítulo I do Título VIII (art. 193) “a disposição geral acerca da ordem social orientada pela primazia do trabalho, objetivando o bem-estar e a justiça social” (DELGADO, 2013, p. 447).

Apesar dos preceitos constitucionais são vários os questionamentos acerca dos efeitos jurídicos incidentes ao instituto, sobre quais corretivos jurídicos seriam aplicáveis às diferentes hipóteses de terceirização. Segundo Delgado, “trata-se do desafio isonômico que a fórmula da terceirização provoca no cenário jurídico” (DELGADO, 2013, p. 453). Com relação ao vínculo com o tomador de serviços teremos: nos casos de terceirização ilícita a prevalência do disposto no inciso I da súmula nº 331 do TST, pela qual será desfeito o vínculo laboral com a entidade terceirizante, tornando-se o vínculo diretamente com o tomador de serviços excetuando casos de trabalho temporário e de prestação à Administração Pública (art. 2º da Súmula 331 /TST e art. 37, II, CF/1988).

Nos casos da terceirização lícita incide o disposto nos incisos I e III da Súmula 331 do TST, mantém-se o vínculo jurídico com a empresa fornecedora do serviço.

São acirrados os debates quando entramos no campo da isonomia, frente análise ao diferente tratamento dispensado aos empregados originários da empresa tomadora de serviços e dentre as diferentes hipóteses de terceirização.

A Carta Constitucional é taxativa ao dispor em seu artigo 7º, inciso XXXII a “proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos”.

Com o advento da Reforma Trabalhista de 14/07/2017, lei nº 13.467/17, a discussão a respeito da terceirização no Brasil chegou a novo patamar. A nova lei gerou enorme discussão na Academia, principalmente entre juristas, os quais não demoraram em criticá-la abertamente, por meio das mais variadas publicações, vendo nesta lei um claro ataque não só às relações de trabalho no Brasil, mas à própria existência da Justiça do Trabalho.

No que concerne à terceirização em específico, a lei nº 13.429/17, publicada em 31/03/2017, apenas três meses antes da Reforma, que deveria dispor inicialmente sobre trabalho temporário ficou conhecida como a Lei da Terceirização, não reconhecendo distinção entre atividade-meio e atividade-fim de uma empresa, oferecendo, entretanto, ainda uma última e frágil barreira para a terceirização irrestrita: os serviços terceirizáveis seriam apenas os determinados e específicos.

Com a Reforma Trabalhista esta última barreira se desmancha, tendo seu artigo 4º- A alterado em sua redação pela Lei 13.467/2017 da seguinte maneira:

Considera-se a prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

Desta forma, a terceirização ampla e irrestrita se torna legal no Brasil, em que pese ainda existam Ações Diretas de Inconstitucionalidade em trâmite para apreciação do Supremo Tribunal Federal.

Que a terceirização irrestrita é uma realidade na economia brasileira e agora em seu ordenamento jurídico é fato dado e consumado. Não é interesse deste trabalho apontar tão somente as nefastas consequências para a sociedade brasileira que tal precarização das relações de trabalho representam. Isto já é por demais sabido e comprovado. O que interessa a este trabalho é entender e analisar o discurso construído pela CNI que serviu de inspiração para os projetos de lei terceirizantes que na ocasião da Reforma Trabalhista ocorrida em 2017 restaram aprovados na sua forma mais nociva, como a forças políticas e econômicas conseguiram engendrar e interferir no processo legislativo em nome de seus

interesses de classe, em que pese o processo legal ter sido seguido. Entender as entrelinhas e as linhas dessas justificativas por meio da compreensão desse discurso, e como este foi utilizado para impor os interesses de uma classe sobre as outras.

Embora o país possua um sistema legislativo bicameral para criação e aprovação de leis, as quais ainda devem passar pelo crivo do Poder Executivo e posterior análise do Poder Judiciário, no tocante à sua constitucionalidade, é patente que a imposição de interesses ocorreu em meio a esse processo. A sociedade civil não participou da construção dessas leis, embora todo o trâmite pelas Casas Legislativas tenha sido observado. Não se trata de leis criadas com a participação da sociedade, a partir de um consenso entre as diversas classes sociais, mas sim da imposição de um interesse de uma classe isoladamente. Fica evidente que uma democracia, num sistema produtivo capitalista, possui sérios problemas, principalmente de representatividade, quando é capaz de adicionar leis prejudiciais à maioria da população ao seu ordenamento jurídico.

Não é por acaso, portanto, que este trabalho procura debruçar-se sobre o discurso empregado por um dos principais documentos utilizados para justificar e servir de inspiração às leis nº 13.429/17 e 13.467/17, que é, segundo Dallegrave Neto (2018), as “101 Propostas para Modernização Trabalhista” publicadas em 2012 pela Confederação Nacional da Indústria. Afirma Dallegrave Neto (2018, p. 13):

A Reforma Trabalhista, como ficou alcunhada, foi aprovada de forma açodada e para atender aos interesses dos empresários. Não por acaso, foi inspirada em Cartilha elaborada, em 2013, pela CNI, intitulada ‘101 Propostas para Modernização Trabalhista’. Some-se a isso o interesse da Presidência e da maioria dos parlamentares que desejavam aprovar, a qualquer custo, as mudanças da legislação trabalhista a fim de exibir uma bandeira. Diante deste processo apressado, perdemos a grande oportunidade de aprovar uma Reforma mais reflexiva, que refletisse os anseios de todos os interessados: trabalhadores, empresários, magistrados, procuradores do MPT e advogados trabalhistas.

Por fugir ao escopo deste trabalho, embora se mostre urgente a análise, não analisaremos cada uma das propostas, mas sim a parte introdutória do documento e a proposta que trata em específico da terceirização. A análise do discurso de cada proposta em separado exigiria um estudo muito mais longo e detalhado, o que está além do que se deseja para este trabalho. Portanto, a par do

percurso, estrutura e lógica adotados pela CNI ao longo de sua existência, no próximo capítulo será apresentada a base teórica que fundamentará a análise.

4 ANÁLISE DO DISCURSO EMPREGADO PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NA APRESENTAÇÃO, INTRODUÇÃO E PROPOSTA Nº 19: “TERCEIRIZAÇÃO”, DAS “101 PROPOSTAS PARA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA”

nesses últimos anos, os problemas fundamentais da filosofia da linguagem adquiriram uma acuidade e importância excepcionais. Pode-se dizer que a filosofia burguesa está se desenvolvendo sob o signo da palavra. (BAKHTIN, 2010, p. 25)

Este capítulo está dividido em duas partes principais. Na primeira, serão apresentados alguns conceitos desenvolvidos por Bakhtin e seu Círculo acerca da linguagem. Na segunda, será analisado o modo de elaboração discursiva nos textos de apresentação, introdução e da proposta de terceirização contidas na cartilha das “101 Propostas para modernização trabalhista” publicada pela CNI em 2012.

4.1 CONCEPÇÕES SOBRE LINGUAGEM DESENVOLVIDAS POR BAKHTIN E SEU CÍRCULO

Para analisar questões relacionadas à produção discursiva será utilizada a corrente teórica bakhtiniana que apreende a linguagem como fenômeno sócio-ideológico, para a qual “a estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza eminentemente social” (BAKHTIN, 2010, p.126). O Círculo de Bakhtin é formado por um grupo de pensadores que, durante as primeiras décadas do século XX, se reuniam na Rússia, a fim de discutir, dentre outros assuntos, questões ligadas ao desenvolvimento da linguagem. Para esta corrente de análise o conteúdo dos discursos é determinado pelas situações conflitantes que movem a sociedade e pela posição ideológica de seus integrantes. Segundo Bakhtin os indivíduos não atuam em uma única esfera de produção de discursos na sociedade, estes se deslocam de uma esfera para outra tantos quantos forem os espaços sociais disponíveis, e desta interação entre diferentes campos sociais e ideológicos resulta em um articulado emaranhado de diferentes vozes, diálogos discursivos, em constante interação na sociedade.

Neste sentido seguem os ensinamentos de Faraco acerca das duas esferas de criação ideológica que entende como interdependentes:

A primeira esfera compreende a totalidade das atividades sócio-ideológicas centradas na vida cotidiana, desde os mais fortuitos eventos (um acidental pedido de informação na rua) até aqueles que se associam diretamente com os sistemas ideológicos constituídos (leitura de um romance, por exemplo).

A segunda esfera compreende a totalidade das práticas sócio-ideológicas culturalmente mais elaboradas, como as artes, as ciências, o direito, a filosofia, a religião etc. (FARACO, 2006, p.61)

A esfera é a primeira instância em que o enunciado vai sofrer coerções a fim de ajustá-lo aos padrões ideológicos da esfera a que pertence.

O dialogismo é conceito fundamental na obra bakhtiniana, diferentemente da Lingüística e seu sistema abstrato (fonologia, morfologia e sintaxe) de funcionamento da língua, o dialogismo é considerado por este grupo o seu modo de funcionamento real, é o princípio fundador da linguagem na qual todas “as palavras são atravessadas por diferentes discursos e cada um destes discursos traz o outro em sua constituição”.

Nas palavras Bakhtin apud Fiorin (2017, p. 21):

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se de orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar.

Segundo Fiorin (2017, pp. 21-22), “toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de palavras”, assim como o nosso acesso e apreensão da realidade, esta também se dá pela linguagem - semioticamente e axiologicamente - visto que todo e qualquer objeto está recoberto por idéias gerais resultantes dos diferentes discursos em constante interação. Apesar desse processo dialógico no qual todo enunciado se constitui a partir de outro, “sempre cria algo novo que não existia antes dele [...] porém, o que é criado sempre parte de algo dado seja a linguagem, seja um fenômeno observado da realidade, um sentimento vivenciado ou, próprio sujeito falante e sua visão de mundo. Todo dado se transforma em criado” (BAKHTIN, 2003, p. 326).

Os enunciados no dizer de Bakhtin “são unidades reais de comunicação” (BAKHTIN, 2003, p. 269) são representações ou forma de utilização da língua oral e

escrita em quaisquer atividades humanas, os enunciados não existem fora das relações dialógicas, são “acontecimentos únicos, tendo cada vez um acento diferente, uma apreciação, uma entonação próprios” (FIORIN, 2017, p 23). Por revelarem no mínimo duas posições, a do locutor e aquela a qual este se opõe, os enunciados, além de uma tomada de posição, são considerados sempre heterogêneos. Para Fiorin (2006, p. 68):

Os seres humanos agem em determinadas esferas de atividades, as da escola, as da igreja, as do trabalho num jornal, as do trabalho numa fábrica, as da política, as das relações de amizade e assim por diante. Essas esferas de atividades implicam a utilização da linguagem na forma de enunciados. Não se produzem enunciados fora das esferas de ação, o que significa que eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades de cada esfera. Essas esferas de ação ocasionam o aparecimento de certos tipos de enunciados, que se estabilizam precariamente e que mudam em função de alterações nessas esferas de atividades.

Na cadeia discursiva os enunciados são sempre uma resposta a um diálogo precedente, presente ou futuro podendo ser dirigido tanto a um enunciatário imediato quanto a um superdestinatário (Igreja, Partido, Ciência) (FIORIN 2017 p. 31). Para Bakhtin todo enunciado é um todo de sentido, é uma posição assumida por seu enunciador produzido em função de uma resposta e a sua compreensão envolve sempre responsividade e juízo de valor. Ainda sobre este aspecto, Bakhtin afirma que (2003, p. 296-297, grifos nossos):

Todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. [...] cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva. **Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo** (aqui concebemos a palavra ‘resposta’ no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. **É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições.** Por isso **cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.**

Apreende-se até aqui que todo enunciado elaborado dialoga com outros enunciados produzidos nas diferentes esferas da comunicação discursiva devido ao seu caráter responsivo (resposta a alguém) e orientação dialógica (dirigido a

alguém). A partir dos enunciados é possível observar também a atuação de duas forças nos dizeres de Faraco, *inerentes ao jogo dos poderes sociais*, são as forças centrífugas (que favorecem o plurilingüismo social, a multiplicidade e heterogeneidade discursiva, por serem permeáveis, abrem-se incessantemente à mudança) que buscam minar as forças centrípetas (marcadas pela centralização, monologização e impermeabilidade discursiva) típicas dos discursos de autoridade e de poder.

Enquanto as variantes básicas dos gêneros poéticos desenvolvem-se na corrente das forças centrípetas da vida verbo-ideológica que unifica e centraliza, o romance e os gêneros literários e prosaicos que ele atrai para si constituíram-se historicamente na corrente das forças descentralizadoras e centrífugas (BAKHTIN apud FIORIN, pp.82-83).

Dentre as estratégias discursivas, ou melhor, efeitos de sentido, Bakhtin nos apresenta ainda os termos como monofonia (uma única voz) e polifonia (várias vozes). Estes caracterizam tipos de enunciado no qual o dialogismo se deixa ou não ver.

Nos discursos autoritários abafam-se as vozes, escondem-se os diálogos e o discurso se faz da verdade única, absoluta e incontestável. A única forma de contestar tais discursos é recuperar externamente a polêmica escondida, os contornos sociais, ou seja, contrapor ao discurso autoritário um outro discurso, responder a ele, com ele dialogar, polemizar. O discurso polifônico, por sua vez, é aquele que expõe, que mostra ou deixa escutar o dialogismo que o constitui, a heteroglossia discursiva, as vozes contraditórias dos conflitos sociais. (BARROS, 1996, p.36)

O gênero discursivo – definido por Bakhtin na obra *Estética da criação verbal*, como força social de estratificação da língua – que está ligado ao modo de funcionamento da linguagem nas práticas comunicativas, é resultado da interação discursiva entre os sujeitos de diferentes esferas sociais, pois é dentro de cada uma destas esferas que se elaboram os gêneros discursivos que visam a atender as necessidades composicionais do locutor. Com isso a utilização desses gêneros em forma de enunciados acaba por refletir tanto a finalidade quanto as condições de cada esfera de atividade e de comunicação que lhe deu origem, sendo este elemento ainda conceituado por Faraco à luz de Bakhtin como:

“tipos relativamente estáveis de enunciados por terem de estar abertos à contínua remodelagem; tem de ser capazes de responder ao novo e à mudança.”

“O repertório de gêneros de cada esfera da atividade humana vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”.

“[...] lembra que há gêneros bastante estandardizados como certos tipos de documentos oficiais, ordens militares, cumprimentos e felicitações sociais.”

Contudo, mesmo estes admitem mudanças, ou seja, estão abertos à adequação às condições concretas de uso.

para Bakhtin, gêneros do discurso e atividades são mutuamente constitutivos [...] falamos por meio de gêneros no interior de determinada esfera da atividade humana. Falar não é, portanto, apenas atualizar um código gramatical num vazio, mas moldar o nosso dizer às formas de um gênero no interior de uma atividade” (FARACO, 2006, pp.112-113).

Para Bakhtin:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003, p. 262).

A diversidade desses gêneros é determinada pelo fato de que eles são diferentes em função da sua situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação (BAKHTIN, 2003, p.283).

Por serem os gêneros discursivos múltiplos e heterogêneos sendo impossível enumerar a quantidade existente em razão da variedade de esferas de atividade às quais os indivíduos pertencem, que no dizer de Bakhtin apud Faraco (p.56) a heteroglossia (multidão de vozes sociais) ou plurilingüismo dialogizado são chamados de *dinamicidade semiótica*, trata-se de conceito utilizado para compreensão de sentido do enunciado como um todo e não limitado somente a seus aspectos lingüísticos. Conforme Faraco descreve,

Importa menos a heteroglossia como tal e mais a dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece: elas vão se apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiar, se arremedar, polemizar velada ou explicitamente e assim por diante’ ‘O verdadeiro ambiente de um enunciado é o **plurilingüismo dialogizado (são fronteira) em que as vozes sociais se entrecruzam continuamente de maneira multiforme**, processo em que vão se formando novas vozes (Bakhtin apud FARACO,2006, pp. 56-57) (grifos nossos).

Os gêneros discursivos são construídos com base em três dimensões indissolivelmente ligadas ao todo do enunciado e à especificidade de um campo da comunicação: o tema, o estilo e a forma composicional (BAKHTIN, 2003, pp. 261-262) Para o autor russo, tema é o sentido da enunciação completa, é único, é individual e irreiterável, é a expressão da situação histórica e concreta na qual se encontra o enunciador, é determinado tanto pelas formas lingüísticas de sua composição quanto pelos elementos não verbais da situação. (BAKHTIN, 2010, p.133) O estilo é tido, segundo Fiorin (2017, p.51), como um dos componentes do

gênero, como conjunto de procedimentos de acabamento do enunciado e de particularidades discursivas e textuais (traços fônicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais) que conforme são selecionados pelo enunciador, muito além de definir a forma de se comunicar com o outro, criam uma imagem do autor e um efeito de individualidade. Por forma composicional apreende-se como modo de estruturar e organizar estruturar os textos orais e escritos.

Segundo Bakhtin (apud Faraco, 2006, p. 117), os gêneros são classificados em primários (resultantes da comunicação verbal oriunda de atividades efêmeras do cotidiano, das narrativas espontâneas, das conversas familiares), típicos das esferas primárias de comunicação, e secundários (utilizados nas atividades científicas, jurídicas, religiosas, de educação formal), típicos da esfera secundária dos sistemas ideológicos constituídos. Os gêneros primário e secundário guardam uma interdependência entre si.

Todo discurso está impregnado do discurso do outro, visto que falamos de uma forma ou de outra através da palavra alheia, resultado do processo dialógico de comunicação. Existem, porém, segundo Fiorin (2017, pp. 37-51), duas formas de incorporação por parte do enunciador do discurso do outro em seu enunciado: na primeira forma temos o discurso objetivado no qual o discurso citado aparece claramente demarcado no discurso citante e dentre os seus procedimentos temos o discurso direto (destacado pelo uso de travessão, verbo introdutório), indireto (marcado pelo verbo introdutório e conjunção integrante), aspas (marcado pelos sinais gráficos) e negação (pelo advérbio negativo); na segunda forma temos o discurso bivocal, internamente dialogizado, no qual, apesar de não haver nítida separação entre o discurso citante e o citado, estes são nitidamente percebidos. Dentre os seus procedimentos temos o discurso indireto livre, polêmica clara (confronto de duas vozes que defendem abertamente ideias contrárias), polêmica velada (não se apresenta de forma aberta, porém identifica-se na construção discursiva a presença de duas vozes em debate) a paródia (imitação de um estilo ou texto com vista em ridicularizá-lo, negá-lo), estilização (imitação de texto ou estilo porém sem a intenção de ridicularizá-lo ou negá-lo visto que apresentam a mesma posição significante) e discurso direto livre.

Conforme Bakhtin (apud FIORIN, 2017, p. 52), estilo é o conjunto de recursos e de procedimentos para elaboração e acabamento de um enunciado, capazes de criar, além da imagem do autor, um efeito de individualidade, não

esquecendo de que são constitutivamente dialógicos, o estilo pode ser determinado pelo parceiro da comunicação: “o estilo estrutura e unifica os enunciados produzidos pelo enunciator”.

“O estilo linear de citação apesar de apresentar-se de maneira menos marcada no discurso” resguarda a integridade do discurso citado (BAKHTIN, 2010, p. 156). Já no estilo pictórico ocorre o inverso: são elaborados pelo narrador meios para penetrar a palavra citada justapondo neste os seus comentários “o contexto narrativo tenta desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, apagando suas fronteiras” (BAKHTIN, 2010, p. 156).

Outro aspecto a se considerar é a orientação da transmissão do enunciado citado a uma terceira pessoa que não o próprio enunciator e o próprio citado. “Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso” (BAKHTIN, 2010, p. 152).

Para Bakhtin estes discursos refletem e refratam os diferentes traços ideológicos de seus autores.

Bakhtin (2010, p. 33, grifos do autor) afirma que:

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao meso tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. Cada campo da criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata e reflete à realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É o caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral.*

Diferentemente do que afirmam a filosofia idealista e a visão psicologista, a ideologia, produto da interação social, além de reflexo da realidade, tem uma encarnação material situada fora da consciência do locutor, para o Círculo de Bakhtin a ideologia determina a consciência de todos os sujeitos num movimento de fora para dentro. Neste sentido afirma Bakhtin que “a consciência só se torna consciência quando impregnada de conteúdo ideológico (semiótico)” resultante da interação social sendo a “criação ideológica – ato material e social – introduzida à força no quadro da consciência individual” e sua lógica será “a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobrar nada.” (BAKHTIN,

2010, pp. 34 e 36). Sendo formada por discursos sociais a consciência é sócio-semiótica.

A filosofia idealista e a visão psicologista da cultura situam a ideologia na consciência. Afirmam que a ideologia é um fato de consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão. O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, *que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos* (BAKHTIN, 2010, p. 33, grifos do autor).

Segundo Fiorin:

Nesse processo de construção da consciência, as vozes são assimiladas de diferentes maneiras. Há aquelas que são incorporadas como voz de autoridade. São aquelas a que se adere de modo incondicional, que são assimiladas como uma massa compacta e, por isso, são centrípetas, impermeáveis, resistentes a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. A voz de autoridade pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa, etc. (FIORIN, 2017, p. 61).

A palavra, além de ser o primeiro meio da consciência individual, - “a linguagem é o modo de ser dos pensamentos” (MARX apud BOTTOMORE, 2001, p. 215) apesar de resultar de consenso entre indivíduos conforme descrito acima – “é o *fenômeno ideológico por excelência*” (BAKHTIN, 2010, p.36), por ser neutra acompanha, comenta e serve todas as criações ideológicas auxiliando na sua compreensão, características que a tornam o elemento fundamental para o estudo das ideologias. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todos os domínios” (BAKHTIN, 2010, p.42). É na linguagem que melhor se destaca o papel da comunicação social como condição para o surgimento dos signos. “É precisamente, na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica” (BAKHTIN, 2010, p. 37). Neste sentido:

Todo processo de refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, *é acompanhada de uma refração ideológica verbal*, como fenômeno obrigatoriamente concomitante (BAKHTIN, 2010, p. 38, grifo do autor).

Sobre o processo de reflexão e refração auxilia-nos no entendimento destes termos recorrentemente utilizados por Bakhtin e seu Círculo, os ensinamentos do mestre Faraco. Segundo este autor a relação do nosso dizer com as coisas, nosso modo de acesso à realidade, nunca se dá de maneira direta e sim de modo oblíquo,

já que todo objeto ou situação apresenta-se ao sujeito já perpassado por infinitos discursos de outros, visto que os signos ao mesmo tempo em que refletem (descreve a realidade que lhe é externa) refratam (interpreta, confere sentido de acordo com determinado horizonte ideológico) o mundo a nossa volta (FARACO, 2006, pp. 49-50). Sendo assim, o enunciado elaborado sobre determinada situação, dialoga, não com a situação real do acontecimento, e sim com o que todos os sujeitos já disseram (oral ou formalmente) sobre essa situação.

Na segunda parte, analisaremos como estes conceitos de produção dos discursos podem ser apreendidos na cartilha das 101 Propostas para Modernização Trabalhista, organizada e publicada pela Confederação Nacional das Indústrias, a CNI.

4.2 O DISCURSO DA CNI EM SUA AGENDA DE PROPOSTAS: “AS 101 PROPOSTAS PARA MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA”

A palavra não pode ser entregue apenas ao falante. O autor (falante) tem seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos; tem também os seus direitos aqueles cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor... (BAKHTIN, 2003, p. 328).

Ultrapassando a superfície do discurso da proposta de terceirização apresentada pelo empresariado industrial nacional, busca-se através das relações dialógicas dos “fios dialógicos vivos”, ou seja, através da materialidade dessa forma de transmissão de discurso conhecer os sujeitos produtores do discurso, bem como identificar a sua compatibilidade com instrumento escolhido e o grau de efetividade dessas concepções, propostas e ações reformistas, resultantes da intensa participação desta entidade que não pertence ao Estado *stricto sensu*. Segundo Barros, “as avaliações são competências que os participantes da comunicação se atribuem reciprocamente [...] estas intervêm como algo prévio e necessário a qualquer comunicação. São objetos imaginários que o locutor projeta” (BARROS, 1996, p. 32) sobre o interlocutor e que define qual será a relação entre os sujeitos em interação.

Considerando a CNI como uma esfera de construção e produção de discurso histórico e socialmente situado e a sua cartilha ou enunciação como um de seus veículos para incursão de seus valores no processo de comunicação e que convoca resposta, que amparados nos conceitos de Bakhtin iniciaremos a análise da

sua enunciação considerando para isto seu contexto imediato e amplo, pois segundo o autor “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta” (BAKHTIN, 2010, p.126). Sendo assim, para a apreensão do enunciado em sua totalidade, se faz necessária a consideração do contexto extraverbal que serve de pano de fundo para sua produção. Para Bakhtin (2010, p. 125) “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é o interior, mas o exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo”. Como resultado da reorganização capitalista de produção globalmente articulada e considerada, o empresariado brasileiro atua por diversas frentes na tentativa de legitimar e legalizar, dentre outras medidas, a terceirização generalizada, como estratégia concorrencial. É neste contexto que no ano de 2012 a CNI publica a cartilha “101 Propostas para Modernização Trabalhista”.

No título “101 Propostas para Modernização Trabalhista”, apresentam-se vários elementos que dialogam com o então momento social enfrentado pela sociedade brasileira. O contexto social imediato e o enunciado verbal do título, antes mesmo de iniciarmos a leitura do texto, nos dá o tom do discurso. Num primeiro momento direciona o seu interlocutor (seja pessoa do mesmo grupo social ou não) a dois índices valorativos distintos: índice negativo de que a legislação trabalhista é arcaica, incapaz de fazer frente aos novos desafios; e índice positivo quando faz este supor que nas próximas páginas serão apresentadas novidades, alternativas de ponta à *legis* anciã e ineficiente. Vê-se refletido e refratado no título da proposta além do ser da CNI (locutor) a sua interpretação da realidade, seu “horizonte social”, o seu ângulo valorativo definido e estabelecido de acordo com sua perspectiva ideológica, e também a sua avaliação dos sujeitos envolvidos no diálogo, nas palavras de Bakhtin “através da palavra defino-me em relação ao outro em última análise, em relação à coletividade” (BAKHTIN, 2010, p.117), os indivíduos participantes do diálogo apresentam-se em pontos opostos: de um lado o locutor que confere a si o papel de provedor e a competência para desenvolver e apresentar novidades a toda sociedade e do outro lado o interlocutor ignorante a ser “privilegiado” resgatado com a implementação dessas propostas. Neste sentido o título acaba por demarcar pelo menos dois grupos de sujeitos com posições ideológicas diferentes: de um lado os sujeitos que querem a alteração do sistema legal vigente e procuram apoio e adesão às suas propostas e do outro, os que usufruem do mesmo e devem ser esclarecidos, convencidos das vantagens de sua

modernização, ação que resulta na justaposição de interesses distintos “o que determina essa refração do ser no signo ideológico é o confronto de interesses sociais entre comunidades que possuem diferentes códigos ideológicos de comunicação, ou seja, a ‘luta de classes’” (BAKHTIN, 2010, p.47) que se opera discursivamente. É sob esta perspectiva que a CNI construirá o sentido dos seus enunciados em sua apresentação e justificativa e se posicionará ideologicamente.

4.2.1 Análise do discurso: Apresentação das propostas

A cartilha de propostas compõe-se de 135 páginas, nas quais as 101 propostas são precedidas por uma apresentação realizada pelo presidente da entidade, Robson Braga, seguida pela introdução geral e lista de propostas, estando a proposta de Terceirização localizada na página 44, cartilha sob coordenação geral do gerente executivo da CNI, Emerson Casalli. Segue a apresentação:

O Brasil tem grandes desafios para **manter seu crescimento econômico e sua transformação social**. A cada dia, **Estado e sociedade avançam na percepção** de que a sustentabilidade desse processo **depende**, fundamentalmente, **da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtivas**. Não há soluções **milagrosas ou fáceis**. É **preciso garantir competitividade às empresas, possibilitando** a oferta de **produtos e serviços a preços acessíveis** aos consumidores, e a **geração de mais e melhores empregos**. (grifos nossos)

Considerando o contexto extraverbal (falta de emprego, preços altos, subdesenvolvimento) o campo discursivo e o posicionamento do enunciador são expostos ao seu interlocutor de maneira direta nas primeiras linhas da sua apresentação, sejam eles: a manutenção do desenvolvimento econômico, da transformação social, produtos e serviços a baixo custo, abundância de melhores empregos, sendo todos estes objetivos dependentes da criação de condições favoráveis às atividades produtivas. Segundo Lukács (apud PARANHOS, 1984, p. 17) “o interesse econômico de classe como motor da história não apareceu em toda a sua pureza senão no capitalismo”. A julgar pela construção de sentidos do discurso em análise acerca deste momento extraverbal, não existem conflitos entre forças antagônicas capital-trabalho. Ao capturar elementos comuns (desemprego, preços etc.) a todos os participantes da comunicação, tal discurso quer fazer acreditar que os temas em pauta envolvem perspectivas e interesses convergentes

entre os participantes do diálogo. Valendo-se de termos valorados positivamente como “crescimento”, “desenvolvimento” e “transformação”, a superfície deste enunciado parece guardar promessa de que se atendidas as condições detectadas e ainda não reveladas, o interlocutor terá como resultado o prospectado, e ainda, em amplitude nacional, parece se tratar de estratégia discursiva para cooptação dos interlocutores. Na sequência o locutor passa a detalhar os empecilhos a serem enfrentados para o atendimento dessa promessa.

As **relações de trabalho são determinantes** nesse panorama. **Elas definem aspectos diretamente relacionados à qualidade do emprego**, com **proteção do trabalhador e de seus ganhos**. Ao mesmo tempo, ao **impactar** diretamente **os custos de produção** e os níveis de produtividade, **influenciam** a propensão que os empregadores têm para **investir e abrir vagas**. **É amplamente reconhecido** que o **sistema trabalhista** do país **não atende às necessidades da sociedade brasileira contemporânea**. Calcada em um **regime legalista rígido** e com pouco espaço para negociação, **a regulação tem escassa conexão com a realidade produtiva**. **Reflexo** disso, o trabalho formal no Brasil tem um alto grau de **conflito** e de **insegurança jurídica**, **é excessivamente onerado** e configura uma **barreira ao crescimento da produtividade**.” (grifos nossos) Pesquisa da CNI feita em 2012 revela que a **área trabalhista**, com 86% das citações, e a **tributação** (94%) **são** apontadas como os **entraves primordiais ao desenvolvimento produtivo**. Nas questões tributárias, a **desoneração da folha** foi indicada como o principal ponto a ser resolvido, com 82% das respostas. (grifos nossos)

Restrito ao seu horizonte ideológico, neste ponto o discurso passa a atacar aquela que elegeu como adversária: a legislação trabalhista, ao qualificar negativamente tanto a dita rígida e descompassada proteção legal, quanto os ganhos dos trabalhadores, passa com este movimento narrativo a definir não apenas a sua protagonista e a sua posição ideológica como enunciador, mas a definir os interdiscursos, centrados nos mesmos objetos do dizer, aos quais se opõe e combate. Ao afirmar tais perspectivas pelas orações, “É amplamente reconhecido” o “sistema trabalhista não atende às necessidades da sociedade brasileira contemporânea”, deixa em aberto as seguintes questões: amplamente reconhecido por quem?; ou ainda, quando afirma que “O sistema trabalhista não atende as necessidades” em que âmbito, o jurídico, nas relações de trabalho ou social? Não atende o interesse de quem? Através deste malabarismo discursivo, sem se preocupar com qualquer fundamentação, o enunciador deixa claro que não tem a intenção de informar. Talvez possa o narrador acreditar que a adesão e confiança no seu discurso por parte dos interlocutores dependam de não ultrapassar, no dizer de Paranhos (1984, p. 36), em sua obra “Dialética da Dominação”, o “máximo de

consciência possível”, pois ao mascarar sua essência oculta seus verdadeiros interesses. Ainda neste sentido, afirma Barthès (apud PARANHOS, 1984, p. 18), “por mais claramente que ela possa pretender conhecer à sua própria condição burguesa, tropeça finalmente nos próprios interesses de classe que a levam a mistificar e mitificar”, tudo à sua volta.

Neste processo o enunciador reedita o passado e mascara a natureza histórica, bem como a extensão da legislação trabalhista. Se por um lado o discurso quer nos fazer acreditar tratar-se de uma lei completa que a tudo prevê e normatiza, por outro, ao dizer que “a regulação tem escassa conexão com a realidade” quer nos fazer pensar que sua origem e formato não foram resultado de concessões mínimas feitas aos trabalhadores, a fim de conter, na época da implementação da CLT, os conflitos no setor urbano-industrial e a ameaça comunista soviética, e acima de tudo uma tentativa de maquiar a sua finalidade, que era a de possibilitar a implementação “de certas metas ligadas ao desenvolvimento industrial capitalista no Brasil” (PARANHOS, 1984, p. 60) e conseqüentemente a manutenção da exploração e nunca da emancipação.

Como bem disse Bakhtin (apud FIORIN, 2017, p. 36), “com os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas, desvela-se o fato de que a circulação de vozes numa formação social está submetida ao poder”. Como vimos neste fragmento do discurso, o locutor, ao determinar como verdade oficial a sua perspectiva da realidade acerca da legislação trabalhista, desqualificando-a, vemos claramente a ação de forças centrípetas, revestida de um valor dogmático, desconsidera a multiplicidade de vozes e de fatores históricos e sociais envolvidos, bem como exclui meios alternativos para a superação desta “insuficiência”, revelando uma consciência impermeável a outros discursos e a negociação, resultante de um discurso autoritário monovalente, que ao dar a última palavra quer calar posições divergentes, centralizando a visão do interlocutor somente sobre os aspectos e no limite que lhe interessam e, ao que a seu ver, justificam a flexibilização. Nesse sentido Bakhtin em sua obra a Poética de Dostoievski nos ensina que:

A palavra autoritária exige de nós o reconhecimento e a assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; nós já a encontramos unida à autoridade. A palavra autoritária, numa zona mais remota, é organicamente ligada ao passado hierárquico. Ela ressoa numa alta esfera, e não na esfera do contato familiar. Sua linguagem é uma linguagem especial. Ela pode tornar-se

objeto de profanação. Aproxima-se do tabu, do nome que não se pode tomar em vão (BAKHTIN, apud VIEIRA, 2013, p.56).

No parágrafo final, a fim de conferir mínima legitimidade ao seu discurso e reforçar a importância do já dito, o locutor apresenta pesquisa com dados percentuais mais uma vez sem se preocupar em expor os parâmetros e amplitude nas quais foi realizada. Passemos à continuação do texto em análise:

O país vive um momento de maturidade e sabe que precisa equacionar as questões estruturais que prejudicam o crescimento e a inclusão social. **Modernizar as relações de trabalho é um objetivo a ser perseguido. É preciso identificar oportunidades de redução de custos e de riscos associados ao emprego formal**, sem abrir mão da proteção dos trabalhadores. Isso será **fundamental para sustentar o ingresso de dezenas de milhões de brasileiros no mercado de trabalho formal**. Diante desse cenário, a CNI decidiu elaborar um conjunto de propostas para a modernização trabalhista. **Foram selecionados 101 problemas**, que podem se **refletir em custos, burocracia, insegurança jurídica, restrições à produtividade**, assim **como em dificuldades para os trabalhadores e para o próprio Estado**. Mapeados esses pontos, que tiveram seus **impactos negativos analisados**, foram **construídas** as respectivas **101 propostas de solução**, **avaliados os ganhos e definidas as medidas necessárias**. Muitas sugestões são de fácil implementação, enquanto outras se mostram um pouco mais complexas. A ideia, portanto, é trazer à sociedade, às empresas e aos atores políticos e institucionais um conjunto de informações que permita um melhor conhecimento da realidade e de suas possibilidades de aperfeiçoamento. Buscou-se elaborar propostas equilibradas e exequíveis. Pretende-se, com este trabalho, preservar a discussão sobre a proteção e os direitos dos trabalhadores, agregando ao debate itens como custo, produtividade e segurança jurídica. Isso é fundamental para que o país **avance em direção a uma regulação mais adequada do tema**. Essa publicação é uma **agenda que a indústria brasileira apresenta ao país**. O espírito aqui é o de **abertura para o diálogo** construtivo e transparente, capaz de gerar importantes consensos que permitam os avanços necessários e urgentes. Por fim, essas contribuições traduzem o anseio de requalificar o debate sobre o tema e ampliar a participação empresarial na construção de novas relações de trabalho no país.
(grifos nossos)

Os enunciados acima integram a apresentação das propostas que colocam no centro do debate o trabalhador e seus “101 problemas”. Considerando que tais posições e valores não são partilhados por todos os destinatários do discurso, questiona-se como estas demandas “internas” acerca da legislação trabalhista passaram a ganhar importância e centralidade, a ponto de pressionarem, ou melhor, imporem-se como necessárias ao conjunto da sociedade. Por que via confere legitimidade ao seu discurso, penetra nas diferentes esferas sociais, busca e conquista assentimento ou imobiliza esses interlocutores.

4.2.2 A Introdução das 101 Propostas para Modernização Trabalhista: análise do discurso empregado pela CNI

Passemos à Introdução das 101 propostas estas divididas em oito partes: As relações do trabalho e o desafio do desenvolvimento; Cenário do emprego e da indústria no Brasil; O novo mundo do trabalho e as antigas leis do emprego; Insegurança jurídica; Custos do trabalho e produtividade; Modernização; As 101 propostas; As linhas de modernização.

As relações do trabalho e o desafio do desenvolvimento

Ao longo das últimas décadas, tem havido um crescente reconhecimento da necessidade de se conciliar o desenvolvimento econômico com a coesão social e a sustentabilidade ambiental. Essas diretrizes gerais desdobram-se em um conjunto de objetivos específicos que envolvem a criação de um ambiente propício aos investimentos, a geração de empregos de qualidade, à oferta de produtos e serviços a preços acessíveis à população e à proteção ao meio ambiente, entre vários outros. Em diversas ocasiões, esses objetivos podem exibir contradições entre si, sendo, portanto, fundamental encontrar pontos de equilíbrio que irão garantir sustentabilidade à dinâmica produtiva e social. O Brasil obteve avanços significativos em vários desses objetivos. O país aproveitou oportunidades no campo da produção e do emprego. Há, porém, desafios que ainda precisam ser vencidos. Alguns deles estão associados ao fortalecimento da indústria de transformação. Isso passa pela ampliação dos níveis de competitividade da economia brasileira, especialmente pela criação de condições sistêmicas adequadas por meio da redução do chamado “Custo Brasil”. As relações do trabalho, por seu grande impacto na capacidade de geração de riquezas e na qualidade de vida da população, têm papel decisivo nesse processo. **A adequada regulação das relações do trabalho pode servir de incentivo ao investimento empresarial e à geração de empregos de boa qualidade, além de estimular o mérito e a produtividade. Pode ainda garantir um ambiente de negócios que **permita que as empresas possam conciliar retorno financeiro e responsabilidade social**, com remuneração justa e cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Por outro lado, **nas circunstâncias em que as relações do trabalho não são adequadamente reguladas, gerando custos desnecessários, burocracia e insegurança jurídica, pode-se comprometer a sobrevivência das empresas e o próprio processo de desenvolvimento econômico e social.** (grifos nossos)**

“O ser refletido e refratado no signo” (BAKHTIN, 2010, p. 47). Neste fragmento da Introdução verificamos que o discurso legitimador da classe dominante acaba por reforçar o que quer esconder. Os signos *desenvolvimento econômico, coesão social e sustentabilidade ambiental*, não são referentes inequívocos e cristalizados, “esses objetivos podem exibir contradições entre si” (BAKHTIN, 2010, p. 47), por que correspondem a uma arena na qual posições ideológico-discursivas opostas estão em acirrada disputa. Apesar das diferentes classes sociais se

servirem de uma mesma língua, o seus códigos ideológicos de comunicação não são os mesmos, são distintos seus índices de valor, situação que confere ao signo aspecto plurivalente. Nas palavras de Bakhtin: “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios”. (BAKHTIN, 2010, p. 47). Em seu livro O mito do desenvolvimento econômico, Celso Furtado dispõe o seguinte:

os mitos tem exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social” [...] “os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo em que lhe traz conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem no seu espírito como um reflexo da realidade objetiva (FURTADO, 1996, p.8).

Para Furtado, segundo teóricos do crescimento, o mito do desenvolvimento econômico tal qual vem sendo praticado, e que tem como seu prolongamento o mito do progresso, “elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” (FURTADO 1996 p. 8), é impossível de ser universalizado, é insustentável. Conscientes desta impossibilidade, até por que esse não é o seu real interesse, forjam-se fabulosos estudos de processo de acumulação de capital impulsionados pela inovação tecnológica e pela desregulamentação trabalhista que milagrosamente trarão a todos condições equitativas de vida e consumo. Tais estratégias discursivos, além de dissimularem o contexto histórico social, omitem o caráter degradante e predatório destes processos e ressaltam o contraste entre o modelo prometido e o modelo econômico realizado.

No último parágrafo deste ponto do enunciado o locutor parece travar polêmica com os partidários da manutenção da legislação trabalhista, creditando a manutenção da legis e aos seus defensores a responsabilidade pelo desastroso devir. O enunciado como um todo parece tratar de elementos em constante oposição e implicação: a realidade com a modernização e a realidade sem a modernização da legislação trabalhista. Aquela é o lugar do sucesso, dos melhores empregos, do baixo custo dos produtos e do desenvolvimento econômico e social e se você a quer modernize; esta é o lugar dos custos e burocracia desnecessários, da insegurança jurídica, da extinção das empresas, da estagnação do desenvolvimento econômico e social nacional e se é isso que você quer resista.

No próximo recorte em análise, a palavra do outro é apreendida somente no plano temático, movimento típico do discurso indireto analisador de conteúdo. Neste, o locutor, de forma analítica e através de forças centralizadoras, estabiliza a voz alheia, unifica as múltiplas interpretações destes dados à sua verdade e necessidades. Convocado ao diálogo, ao interlocutor resta encontrar de maneira responsiva o seu lugar no cenário proposto:

Cenário do emprego e da indústria no Brasil

Embora o Brasil tenha ainda diversos **entraves derivados das suas relações do trabalho, é indiscutível que,** ao longo dos últimos anos, **o forte dinamismo econômico** e o maior controle das atividades formais **permitiram um significativo processo de geração de empregos.** Entre os anos 2000 e 2010, o número de empregos formais passou de 25 milhões para algo próximo de 44 milhões **e as taxas de desemprego caíram a níveis muito baixos, inferiores a 6%.** **O papel da legislação trabalhista nesse processo, porém, não é bem claro.** Discute-se, por exemplo, em que medida a regulação das relações do trabalho serviu como acelerador ou freio para a geração de empregos e se sua manutenção nos padrões seria um óbice à sustentação da abertura de vagas. (grifos nossos)

Segundo Bakhtin (apud Barros, 1996, p.131), “compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente”. No trecho da cartilha da CNI transcrito acima o locutor revela justaposição de diferentes discursos, dinâmica semiótica através da qual o enunciante apropria-se de conjunto de dados oriundos de outras vozes, que passam a servir a sua narrativa, a sua réplica com o objetivo de conferir credibilidade e aparente domínio dos fatos que estão em debate. Em um primeiro momento, sem revelar a fonte da informação, reconhece categoricamente que, entre os anos 2000 e 2010 houve uma grande geração de emprego e os níveis de desemprego caíram a 6%; porém, num segundo momento, em movimento centrípeto (movimento que busca estancar a multiplicidade de discurso), converte ou impõe hierarquicamente a esses dados aparentemente objetivos a sua lógica, passa a colori-lo com suas entoações centralizadoras, ao desqualificar essas informações quando duvida que a CLT tenha tido qualquer participação nestes resultados, lançando esta informação a um patamar discursivo hierarquicamente inferior.

Ao acusar implicitamente a CLT de ser um freio ao desenvolvimento, resta evidente que a CNI tem a necessidade de esvaziar o discurso do outro de todo e qualquer aspecto positivo. Apesar de aparente abertura à voz do outro, a omissão da fonte e o sufocamento da informação pelo seu descrédito, expõem jogo de poder, do que deve ou não ser revelado e de qual sentido deve ou não ser reforçado,

medidas que têm como fim afastar do discurso toda e qualquer possibilidade de conclusão fora do projeto terceirizante.

Segue próximo fragmento do enunciado da CNI:

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a população economicamente ativa (PEA) do país era, em 2011, de 100,22 milhões de pessoas. Ao decompor esse número, **observa-se que existe uma expressiva parcela de trabalhadores que não era de 'celetistas' nem de 'estatutários'**. Desses, os por 'conta própria' são 19,7 milhões, os '**outros e sem declaração**' são 14 milhões, os 'desocupados' são 6,7 milhões, os '**trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e sem declaração**' são 4,6 milhões, os '**trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso**' são 3,75 milhões e os '**não remunerados**' são 3,2 milhões. **Dessa forma, o grupo formado por não celetistas e não estatutários perfaz um total de 52 milhões de trabalhadores.** Uma parcela desse contingente tem atividades formalizadas e algum grau de proteção da seguridade social, como parte dos autônomos, dos microempreendedores individuais e os segurados facultativos, entre outros. **Contudo, a maioria dessas pessoas não tem proteção securitária plena e apenas são auxiliados por programas de transferência de renda.** Esses números não deixam dúvida de que, **mesmo que em um contexto marcado por elevados níveis de crescimento econômico, o país precisará sustentar a criação de milhões de vagas nos próximos anos para continuar avançando em sua dinâmica de transformação social.** (grifos nossos)

Segundo o levantamento do PNAD de 2011, mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA) não era celetista nem estatutária, ou seja, era economicamente ativa, sem ter a proteção da legislação, ou trabalhando por conta, ou por contratos irregulares, não contribuindo para o INSS, sem recolher impostos, ou recebendo benefícios sociais como Bolsa Família. Dada a forma composicional do enunciado bivocal (movimento no qual o enunciante se dirige, em um só momento, ao seu objeto e ao discurso do outro), a CNI estrutura novamente seu discurso nomeando e interpretando dados de outros atores sociais sobre os quais se apóia e requalifica, como reforço argumentativo em torno da ideia de que houve crescimento econômico à margem da CLT. Confere à falta de modernização da CLT para acompanhar os novos tempos a responsabilidade direta por esses números e pelo seu descumprimento, pois sob a vigência deste instituto legal, sairia muito caro aos empregadores contratar, restando a estes a opção de agir à sua margem, gerando, portanto, acima da sua vontade e por força da situação, precarização. A par da construção de efeito de sentido negativo ao conjunto de leis trabalhistas, paradoxalmente, a CNI afirma combater a precarização do trabalho, indica querer dar fim à informalidade. Entretanto, ao atacar e descumprir a legislação garantidora

de um ainda incipiente arcabouço de direitos dos trabalhadores, impõe a precarização. Ao tempo em que promete a geração de novos empregos exime-se de revelar que o exército de desempregados é necessário à sua lógica de desenvolvimento, pois se constitui em reserva estratégica fundamental para a manutenção e o aceite das atuais relações de produção. O que se vislumbra com este discurso é o estímulo à demissão dos trabalhadores formais, de contratação direta, considerados caros demais, aos quais restará a opção de retornar ao mercado de trabalho somente pela via terceirizada. O texto continua:

Além disso, com a mudança demográfica, **a sustentabilidade futura da previdência social depende da continuidade da abertura de vagas formais.** A análise da trajetória do emprego pode ser complementada com uma discussão sobre o desempenho da indústria de transformação no país, cuja participação do PIB caiu de 35,8%, em 1985, para 14,6% em 2011. Da mesma forma, a participação desse segmento nas exportações caiu de 64,5%, em 1992, para 36,0%, em 2011. Entre 1996 e 2011, por outro lado, o coeficiente de importação da indústria de transformação passou de pouco mais de 14% para mais de 20%. Esses dados sugerem que **o expressivo crescimento do consumo de bens observado no Brasil, ao longo dos últimos anos foi absorvido por importações.** Em diversas cadeias produtivas, **o país vem perdendo participação nas etapas finais – nas quais se agrega valor e se geram mais emprego e renda** – e concentrando-se na produção de matérias primas e produtos de menor valor agregado. (grifos nossos)

O enunciador continua a dissimular seus interesses particulares recobrando agora o seu discurso com a aparente preocupação com questões de Estado, direciona o discurso para a ideia de nação, manobra discursiva crucial para a cooptação de interlocutores e consolidação da hegemonia ideológica do seu grupo, aponta a questão da sustentabilidade da previdência social que, sem a expansão de empregos formais, se encaminha para a total insolvência. De maneira então absolutamente contraditória, a CNI se coloca novamente como defensora da formalidade do emprego e da legalidade da legislação do trabalho, ao mesmo tempo em que atua, assim como outras organizações empresariais, para diminuir os custos com mão-de-obra, diminuindo com isso a capacidade de consumo, criando uma série de artifícios que flexibilizam o trabalho e o trabalhador, precarizando ainda mais as relações de trabalho, diminuindo o valor da hora trabalhada, reduzindo o trabalhador a um objeto que está permanentemente à sua disposição. A contradição está em se preocupar com a seguridade social de alguém que a CNI, enquanto representante da classe dominante, trabalha por transformar em coisa.

Para sustentar esse discurso, a CNI apela para a questão da competitividade internacional. Aponta novamente, pela via bivocal (movimento no qual o enunciante se dirige, em um só momento, ao seu objeto e ao discurso do outro), a queda da participação da indústria de transformação no PIB nacional e também queda nas exportações e aumento das importações. Ou seja, outros países estão produzindo mais e com menos custo, pois a legislação trabalhista dos países periféricos já é flexível o suficiente, facilitando a redução dos custos de mão-de-obra a ponto destes conseguirem vender sua produção com lucro em outros mercados, como, por exemplo, o mercado brasileiro. Partindo dessa visão parcial do processo social e econômico, o enunciante tenta reforçar o seu argumento através da construção de mitos, ao profetizar que, se a legislação continuar com este excesso de protecionismo, não somente a seguridade social entrará em colapso, como também as indústrias e a economia nacionais. A relação dialógica (produção realizada a partir da interação com outros enunciados) estabelecida aqui com os outros discursos se dá pelo discurso de poder e do medo, na busca da adesão incondicional às suas ideias, como se não fosse possível ao Estado brasileiro aumentar os impostos sobre produtos vindos de fora, ou fortalecer sua autonomia pelo controle de preços da exploração e da venda dos recursos naturais não renováveis (FURTADO, 1996), como se os outros custos, além dos relacionados à mão-de-obra, não existissem e não compusessem, assim como o tempo de trabalho, o valor de um produto. As múltiplas medidas de proteção da indústria e do mercado interno e que não dependem única e exclusivamente da retirada de direitos dos trabalhadores são excluídas do discurso. O enunciante faz questão de não trazer à baila o fato de que no Brasil e nos países periféricos a

industrialização fundada na chamada 'substituição de importações'[...] tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. [...] essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cênicos [...] daí resulta a conhecida síndrome de tendência à concentração de renda, tão familiar a todos que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1996, p.24).

Segue o texto da CNI:

Esse cenário pode ser creditado, em grande medida, à perda de competitividade decorrente da elevação expressiva dos custos de produção em um contexto marcado por problemas no ambiente regulatório e por taxas de câmbio sobrevalorizadas. Com efeito, o ambiente

regulatório – estreitamente associado a aspectos legais e burocráticos – **é complexo mesmo para as grandes empresas**. Há exemplos que são elucidativos: **apenas para adaptar as pequenas panificadoras à nova Norma Regulamentadora 12 (NR-12) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que trata de proteções em máquinas e equipamentos, calcula-se um investimento médio em torno de 120 mil reais por empresa.** (grifos nossos)

Pelo uso da palavra do outro colocada a serviço da sua perspectiva ideológica, com a citada segurança em máquinas de panificação, a CNI alega que, para produzir mais, com qualidade e menos custo, precisa de menor regulamentação. O locutor “defende” a legalidade e a formalidade dos empregos, porém, não quer arcar com a segurança dos trabalhadores por ela contratados, não tem interesse em prevenir acidentes e zelar pela saúde dos que trabalham, dos que efetivamente produzem e geram valor. “Preocupados” com a previdência social de um lado, por outro, despreocupam-se com a sobrecarga do SUS e do INSS pelo aumento das doenças ocupacionais, de aposentadorias e mortes provocadas por acidente de trabalho, resultantes dos excessos praticados no mundo laboral. Ignoram em seu discurso o histórico degradante que demandou a feitura da NR12, como ignoram os inúmeros estudos que reforçam os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) que identifica “relação entre setores econômicos com maior incidência de mortes e o predomínio maciço de terceirizados entre as vítimas” (FILGUEIRAS, 2015, p. 27). Sem constrangimento o locutor deseja transferir ao trabalhador toda a responsabilidade por sua própria segurança e pelo sucesso ou fracasso do empreendimento. Juntamente com a valoração negativa e informação parcial sobre a Norma Regulamentadora 12 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que é transmitida como mera burocracia que compromete a competitividade e o bom andamento do negócio, o enunciado materializa com seu discurso o seu apoio à coisificação do trabalhador; a sua visão de descrédito em instituições como o MTE; e que a parte que cabe e interessa à indústria nesta relação é apenas a aferição dos lucros e a contabilização dos resultados.

O texto continua:

A ausência de um marco legal conclusivo sobre a **terceirização** é outro exemplo. O modelo de rede de produção - que no caso clássico da Toyota no Japão envolve dezenas de empresas fornecedoras grandes, que comprem produtos e serviços de milhares de micro e pequenas empresas - teria escassas possibilidades de sobreviver no Brasil. O setor de confecções, em que diversas etapas de produção são contratadas de outras empresas, tem um difícil relacionamento com as instituições do trabalho

que, entendem que está sendo terceirizada atividade-fim 'ilegalmente'. **Nesse tipo de circunstância, com a difícil concorrência com produtos importados, resta uma solução única para sobreviver: comprar toda a produção, sem risco e a baixo custo, na Ásia.** Isso se reflete claramente em análises da estrutura empresarial na indústria de transformação. (grifos nossos)

Deixando claro que o sistema de produção toyotista está na ordem do dia, a CNI cita como exemplo de terceirização a própria Toyota, no Japão, sistema produtivo que antes da implementação da Lei nº 13.429/2017, dita da Terceirização, no Brasil, seria ilegal, por terceirizar atividade-fim. Bloco discursivo, no qual o locutor tenta inicialmente sob diferentes acentos apreciativos, atribuir sentido positivo ao conceito de terceirização. Visto que para a CNI urge, portanto, flexibilizar, não seus lucros, ao aumentar as parcelas de participação de seus trabalhadores, longe disso, mas sim flexibilizar o trabalhador em todos os seus aspectos. De maneira descontextualizada e sem maiores debates a terceirização é apresentada àqueles cujo conhecimento não pode ultrapassar os limites de sua ocupação (PARANHOS, 1984) como vantagem, como modelo ideal para projetar a economia e o desenvolvimento nacional e que “irracionalmente” todos se negam a aceitar.

No momento seguinte, o enunciante tenta impor por meio de ameaça de consumir em outros mercados a sua perspectiva terceirizante, manobra discursiva que reforça a precariedade de seus argumentos e de seu “projeto nacional”, pois esconde, segundo Furtado (1996, p. 25), o fato de que esta solução tem sido largamente utilizada pelas “empresas para liberar-se das muitas limitações impostas pelo sistema monetário e financeiro nacionais” ou seja, é utilizada independentemente de qualquer aprovação, esconde também, a ineficiência do instituto da terceirização como solução ao oligopólio internacional que “permite que um pequeno grupo de grandes firmas criem barreiras à entrada de outras em um setor de atividade econômica e administrem conjuntamente os preços de certos produtos” (FURTADO, 1996, p.27). Os elementos que dão suporte a este discurso são: a projeção parcial desta - brasileira - e daquela realidade – japonesa; e a ameaça de praticar algo que já se pratica há muito tempo e em larga escala. Pacote argumentativo típico de matrizes discursivas autoritárias orientadas a esconder o seu único fim que é o de flexibilizar alvos bem específicos: o trabalho e os trabalhadores.

Segue novo trecho:

Ao se observar a evolução dos empregos entre 2005 e 2011, as micro, pequenas e médias empresas (MPEs) e as indústrias cresceram cerca de 25% o seu número de vagas, somente. Já as grandes, cresceram 48% esse índice. Neste contexto, **outro importante desafio do país, de formar uma desejável base empreendedora**, parece caminhar na direção contrária. **De 2009 a 2011, o número de empregadores segundo a Pnad caiu de 3,9 milhões para 3,2 milhões. Isto é contraditório com o robusto crescimento econômico do período, mas talvez se explique pela maior disponibilidade de vagas em empregos de qualidade. Ou seja, aparentemente, no Brasil, é mais atrativo ser empregado que gerar emprego.** (grifos nossos)

Durante todo o processo o enunciante transita e reelabora o dito por outras vozes posicionando-se responsivamente (resposta a enunciados anteriores e virtualmente posteriores) também acerca da seguinte questão: há a necessidade de formar uma desejável base empreendedora. Pela escolha dos objetos do dizer apreendemos até aqui “o que” é prioridade e “como” é dado a conhecer o seu pacote de intenções. Quando a CNI afirma que a formação de uma base empreendedora é desejável no Brasil, o que ela defende conseguir, no entanto, em detrimento à manutenção dos direitos da classe trabalhadora, encontra-se nesse momento o fechamento de um ciclo que acaba por revelar as reais intenções da CNI com a publicação das 101 Propostas para Modernização Trabalhista. Seguindo, portanto, a lógica e a seqüência dos argumentos da CNI tem-se o seguinte encadeamento de ideias: a CLT é muito restritiva e anacrônica; o Brasil se desenvolveu e gerou empregos entre 2000 e 2011 apesar da CLT, e não por sua causa, até mesmo à sua margem; isso é situação preocupante segundo a CNI, pois coloca em risco a sustentabilidade da seguridade social e tributária; por outro lado, é necessário desregulamentar a CLT para que o que hoje é considerado informal e ilegal passe a ser considerado, automaticamente, formal e legal; assim os custos com mão-de-obra diminuiriam e o Brasil voltaria a ser competitivo aumentando sua produção, fortalecendo assim seu mercado interno e suprindo esse mercado com produtos que hoje são importados; para isso é necessário não só reduzir custos com mão-de-obra, mas também com segurança do trabalho, responsabilizando o trabalhador como se este fosse o dono do negócio; a terceirização também passa a se tornar uma urgente necessidade, pois dinamiza a produção e pulveriza a responsabilidade com a mão-de-obra entre várias empresas; empresas essas que, dada a necessidade de haver uma base empreendedora, podem em muitos casos se

resumir a uma pessoa, que é empregadora de si mesma, responsável por sua qualificação, segurança, eficiência, empregabilidade e que pode ter um contrato de exclusividade com uma grande empresa transnacional, por exemplo, a qual, por sua vez, não possui nenhuma responsabilidade com esse novo trabalhador, transformado em empresa, e que não possui necessidades de uma pessoa física, não tem família, não precisa de seguridade social, nem de prevenção à saúde, pois mudou de essência. O discurso modernizador centrípeto entrega, neste ponto do texto, mais uma de suas intenções: não só transformar o trabalhador em coisa, mas também transformá-lo em empresário de si mesmo, sendo seu sucesso e fracasso resultado direto do seu empenho, da sua capacidade de resiliência, da sua motivação e do seu investimento em si próprio, eximindo-se, a grande empresa contratante, em todo processo de qualquer responsabilidade criando nas palavras de Vitor Filgueiras e Sávio Machado Cavalcante (2015, p. 26)

um novo valor e um novo discurso que eliminem o fundamento da regulação social anterior ao capitalismo, isto é, que possam dissociar – ideológica, política e juridicamente – a empresa de seus trabalhadores; [...] quebrar a noção de que há qualquer vínculo entre os lucros aferidos e os trabalhadores necessários à produção de riquezas.

Ao afirmar que é mais atrativo no Brasil ser empregado do que gerar emprego, a CNI utiliza um jogo de palavras que ironiza a situação do trabalhador brasileiro e sua condição hipossuficiente, como se fosse uma situação confortável ser trabalhador e depender da venda de sua força de trabalho para sobreviver, como se o trabalhador fosse preguiçoso e não entendesse as dificuldades que os empresários encontram para criar e gerir uma empresa. A CNI, no entanto, no afã de esconder suas reais intenções, as torna explícitas: para aumentar os postos de emprego e a base empreendedora se faz necessário extinguir opções de empregos de qualidade. Segue outro trecho da cartilha de recomendações:

O novo mundo do trabalho e as antigas leis do emprego
Paradoxalmente, para fazer frente ao desafio de ampliar seus níveis de competitividade, o Brasil conta com uma legislação trabalhista da década de 40 do século passado. Prestes a completar 70 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) está **embasada na premissa de que todos os trabalhadores são hipossuficientes porque foi concebida em um momento histórico marcado pelo predomínio do trabalho na agricultura, por um processo de industrialização ainda incipiente, por trabalhadores ainda com reduzido nível de formação e qualificação e por um movimento sindical pouco estruturado.** Trata-se de um contexto no qual uma legislação mais rígida revela-se a principal alternativa para reger as relações de trabalho e garantir direitos trabalhistas. **Não se pode**

negar o importante papel que essa legislação cumpriu durante décadas, trazendo conceitos e valores relevantes para uma relação de trabalho mais humanizada. Passadas sete décadas, porém, o Brasil se transformou na sexta economia mundial, as instituições brasileiras se consolidaram, as organizações sindicais se fortaleceram e os instrumentos de negociação coletiva foram validados pela Constituição Federal de 1988. Contudo, o sistema ainda é regido, essencialmente, pela mesma legislação. É claro que os **avanços não ocorreram de forma homogênea.** No Brasil coexistem hoje realidades do século XIX com outras do século XXI, mas a lei trabalhista que todas devem seguir é a mesma. **Um alto executivo ou um pesquisador qualificado, por exemplo, têm seus contratos de trabalho regidos pelos mesmos parâmetros de um trabalhador rural não alfabetizado. São trabalhadores diferentes,** com dinâmicas produtivas diferentes, com necessidades e anseios diferentes, mas **tratados da mesma forma, como hipossuficientes.** Por outro lado, se um cidadão, mesmo com reduzida escolaridade, resolve gerar empregos, seu nível de responsabilidade cresce enormemente, ainda que ele não tenha conhecimento disso. **Basicamente, a legislação existente pressupõe que aquele que não é empregado, é hipersuficiente. Microempresários podem trabalhar 80 ou 100 horas semanais para sobreviver, não almoçar direito, não tirar férias, não trabalhar com equipamentos de proteção individual.** Por outro lado, um empregado, mesmo que com qualificação elevada e protegido por um sindicato representativo, é percebido como hipossuficiente. As negociações são vistas com desconfiança. Não se aceita, por exemplo, que um sindicato negocie um intervalo para almoço de 45 minutos para que os trabalhadores possam sair um pouco mais cedo do trabalho. **Quanto mais se fala de mundo do trabalho moderno, de trabalhadores altamente qualificados, que usam principalmente conhecimento, mais se percebe a desconexão do sistema trabalhista com a realidade. Isto limita a produtividade, reduz os ganhos do trabalhador, aumenta seu desconforto, reduz a segurança jurídica do contratante e aumenta os custos, entre outros impactos negativos.** (grifos nossos)

Centrado em seu objeto o locutor ataca através da polêmica aberta (trata-se de ofensiva aberta ao discurso do outro) o discurso do outro de modo a garantir a prevalência da sua perspectiva sobre o objeto. Assim as leis antigas insistem em atrapalhar a vida do novo mundo do trabalho. Importante lembrar que o instituto legal insistentemente atacado, longe de emancipar e proteger efetivamente o lado mais fraco da relação laboral é em grande parte um instrumento de legalização dos meios de exploração do trabalho e de manutenção da propriedade dos meios de produção. Apesar de reconhecer que a exploração desumana do trabalho persiste e que os “avanços não ocorreram de forma homogênea”, o discurso ataca o conceito de hipossuficiência, afirmando que o trabalhador mais qualificado ou que faça parte de sindicatos mais bem estruturados, ou que tenha ganhos melhores do que outros, seja considerado não mais um trabalhador hipossuficiente mas sim hipersuficiente. Trata-se de uma grande falácia, de mistificação, pois a sua condição como trabalhador não muda pelo fato de receber um salário melhor, de ter melhor

qualificação ou ser melhor representado do que outros. Como não é detentor dos meios de produção continuará precisando vender sua força de trabalho para sobreviver. Nas palavras de Paranhos:

Percebe-se que as forças antagônicas do capital e trabalho passam por um banho de idealização-mistificação e se tornam [...] tão-só aparentemente antagônicas. Como decorrência da 'convicção de que os interesses são comuns' [...] propõe-se a conciliação entre forças essencialmente desiguais (PARANHOS, 1984, p.68).

Por trás dos mitos da liberdade e igualdade travam-se intensas disputas ideológicas, visto que o percurso argumentativo esconde que o que resta ao trabalhador, “que tem apontado uma espada para o coração e um punhal nas costas, pelo flagelo do desemprego” (ANTUNES, 2016, p. 7), com formação ou não, é a liberdade de ter o perfil, a qualificação, na hora, nas condições, pelo tempo e no lugar determinados pelo mercado e ao sabor da livre gestão empresarial, sendo este o sonho de liberdade, nas palavras de Marcio Pochmann, verdadeira “uberização do mercado de trabalho” (POCHMANN, 2017, p. 10) e do trabalhador. O que falar do mito da igualdade quando a venda da força de trabalho de um lado tem como contraprestação salário que omite a mais-valia, sua flexibilização de acordo com a produção, que tem como paga a instabilidade, a penalização por participação em movimento grevista, a exaltação da meritocracia, a banalização do assédio moral, a desumanização da figura do empregado e a desqualificação dos seus direitos, reiteradamente desrespeitados, sob a alcunha de “excesso de privilégios”. Através de uma retórica comunitária, o locutor apresenta a flexibilização como base de uma relação de partilha e de negociação entre iguais, porém o defensor euforizado do “novo”, do “moderno” reapresenta valores característicos do século XIX. Por um lado reconhece os malefícios ainda existentes, inclusive aos quais estão expostos “ambos” os sujeitos, patrão e empregado, porém, evidencia que não são os mesmos quando não sugere a sua superação, o seu fim, mas ao contrário, propõe a sua normalização. Ao defender a hipersuficiência do trabalhador em razão da sua dupla proteção por um sindicato representativo, omite que seu projeto de terceirização enfraquecerá esta representatividade, pois esvaziará o preceito constitucional de categoria ao transformar todos os trabalhadores indistintamente em prestadores de serviços, corroborando, ao contrário do discursado, para a ampliação do lumpemproletariado.

Insegurança jurídica

O **descasamento entre a legislação** em vigor e as necessidades das **diferentes realidades**, a **ausência de regras claras** e o **reduzido espaço dado às negociações** criam um **ambiente de insegurança jurídica** nas relações do trabalho. Em várias circunstâncias as interpretações dissonantes da legislação trabalhista feitas pelos poderes públicos chegam a tornar até o passado incerto em função de alterações retroativas na aplicação de dispositivos legais. De fato, ao se decidir a partir de súmulas que determinada norma deveria ter sido interpretada de forma diferente da que consta na lei, ou até de forma diferente da exposta em entendimentos jurisprudenciais consolidados, muda-se a regra para os cinco anos anteriores, gerando passivos muitas vezes incalculáveis. **Esse quadro limita as possibilidades de se conhecer a real dimensão de passivos trabalhistas e previdenciários e reduz a propensão ao investimento com conseqüentes impactos negativos na geração de empregos**” (grifos nossos).

O argumento do locutor de que o excesso de leis associado aos divergentes entendimentos por parte do Judiciário acerca de uma mesma questão torna impossível a determinação objetiva do que é ou não legal na relação laboral, gerando grande insegurança jurídica “aos envolvidos”, restando “a estes” buscarem por si a solução que entendem ser a mais democrática, ou seja, eliminar todos os limites impostos pela lei, demonstra que tal instituto é visto sob luz retorcida portanto injustificável. O princípio da segurança jurídica é

a afirmação de que os indivíduos têm o direito de poder contar com o fato de que aos seus atos ou às decisões públicas concernentes a seus direitos, posições ou relações jurídicas fundadas sobre normas jurídicas válidas e em vigor se vinculem a efeitos previstos e assinados por estas mesmas normas, o que exige a confiabilidade, a clareza, a razoabilidade e transparência dos atos do poder (SILVA, 2008, pp. 1269-1270).

Nas palavras de Bakhtin (2010, p. 47): “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios”. Os signos justo e injusto, como dito anteriormente, não são referentes inequívocos e cristalizados. Apesar das diferentes classes sociais se servirem de uma mesma língua, os seus códigos ideológicos de comunicação e índices de valor não são os mesmos, situação que confere aos signos aspecto plurivalente, porém o sentido, a visão de mundo que passa a prevalecer na sociedade revela com quem está o poder. Em realidade, a Reforma Trabalhista implementada pela Lei nº 13.467/2017 e que, em grande parte, está baseada no documento ora em análise, aumentou a insegurança jurídica ao invés de reduzi-la. Conforme afirmam Pamplona Filho e Fernandez (2018, pp. 38-39):

“

o déficit democrático que caracterizou a elaboração do projeto da reforma trabalhista redundou em graves prejuízos sociais, em aumento exponencial da insegurança jurídica para a atuação dos agentes econômicos e, também, na baixa qualidade da redação de alguns dispositivos.

Seguindo o texto da CNI:

Custos do trabalho e produtividade

O custo do trabalho e a reduzida produtividade da mão de obra estão entre os principais **fatores que limitam a competitividade da indústria no Brasil**. Pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstram que houve um **descompasso entre a evolução dos salários e da produtividade do trabalho** na indústria de transformação ao longo dos últimos anos. **A produtividade do trabalho no setor industrial, que no Brasil corresponde a cerca de um terço da coreana**, manteve-se praticamente estagnada entre 2001 e 2011, uma vez que seu crescimento acumulado no período alcançou apenas 3,7%, ao passo que o salário médio em dólar cresceu 101,7%. Com isso, o custo unitário do trabalho em dólares subiu cerca de 95% nesse período. **O crescimento da produtividade está estreitamente associado a três elementos decisivos: inovação; qualificação de recursos humanos; e regulação trabalhista**. No Brasil, embora as discussões sobre produtividade privilegiem os dois primeiros aspectos, **é a regulação trabalhista que tem sido decisiva para manter a produtividade estagnada. A insegurança jurídica associada a questões de equivalências e desvios de função, por exemplo, limitam o estabelecimento de sistemas de remuneração estratégicas coerentes com suas novas realidades e desafios**. Onde quem faz muito e melhor tem remuneração semelhante à de quem faz menos e pior, há um severo desestímulo aos ganhos de produtividade. **Outro aspecto que limita a ampliação dos níveis de competitividade no Brasil é a oneração excessiva do emprego formal**. Em adição ao salário, o emprego formal é onerado por encargos sociais, pelo tempo não trabalhado, por benefícios decorrentes da negociação coletiva e da política da empresa, por obrigações acessórias e por despesas gerenciais, além dos passivos de difícil previsão que decorrem da interpretação conflitante da legislação. Pesquisa realizada pela Escola de Economia de São Paulo (FGV) explorou os componentes do custo total do trabalho no setor têxtil e de confecções no Brasil. Os resultados indicam que, para um contrato de trabalho em que o trabalhador é demitido após um ano de trabalho, o custo para o empregador é, em média, de 2,83 vezes o valor do salário recebido pelo trabalhador. Assim, para o trabalhador receber um salário de R\$ 730,00, o custo para a empresa atinge o montante total de R\$ 2.067,44. **E o que é pior: grande parte destes custos onera o emprego formal, mas não traz ganhos diretos para os trabalhadores**. Outro elemento importante de análise é o peso do fator trabalho na composição final de custos de um produto ou serviço. Na produção de um automóvel, por exemplo, estima-se que o custo direto relativo do trabalho é baixo, da ordem de 10% do custo final. **Porém, as montadoras contratam um conjunto de serviços terceirizados para poder funcionar, como logística, manutenção, informática, vigilância, publicidade, advocacia, entre outros, nos quais peso do fator trabalho é muito grande**. Adicionalmente, a montadora tem as autopeças como principal insumo. Nesses componentes, muitas vezes elas são instaladas pelo próprio fornecedor, o custo do fator trabalho diretamente alocado na fabricação aproxima-se de 40%. Além disso, as empresas de autopeças precisam de matérias-primas, como aço e plástico, que, em sua fabricação, também utilizam o fator trabalho. **Assim, a influência do custo do trabalho no custo final dos produtos e serviços, e, portanto, nos níveis de competitividade das empresas é muito expressiva.** (grifos nossos)

Segundo Furtado (1996, p. 45), diferentemente do que reflete o discurso da CNI:

o dinamismo econômico dos países cêntricos decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico [...] requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos.

A ocultação de interesses contrapostos e da extração da mais valia é uma estratégia ideológica discursiva do locutor. Sendo a autonomia do trabalhador valorizada somente quando esta se converte em benefício empresarial. Diferentemente do que propõe o locutor o rebaixamento massivo da remuneração proveniente do trabalho refletirá diretamente nos principais pilares de desenvolvimento do País, queda de consumo, queda de arrecadação previdenciária e tributária minando o crescimento do mercado interno e a sustentabilidade e soberania da União.

Seguindo o texto:

Modernização

Para promover a modernização trabalhista no Brasil, é preciso observar **que modelo de relações do trabalho o país deseja para o futuro**. Não é difícil encontrar convergências em torno da ideia de substituir o modelo atualmente em vigor por outro que privilegie a negociação, calcado na representatividade dos atores e capaz de se adequar às diferentes realidades e **maximizar os ganhos para as empresas, os trabalhadores e o país**. **Um sistema trabalhista moderno é formado por uma base legal que trata dos direitos fundamentais e estabelece as regras do processo de diálogo entre as partes envolvidas, sendo o restante definido por negociações que levem em consideração especificidades setoriais, regionais e mesmo da cada empresa e de cada trabalhador**. Nesse sentido, seria preciso **substituir um modelo que quase tudo é definido em lei e muito pouco é negociado, por um outro que privilegie a negociação e reduza a tutela estatal homogênea**. Ainda que esse seja um processo de longa maturação, há muita coisa a ser feita em curto e médio prazos. Há muitos problemas que **merecem atenção imediata** em virtude de seus potenciais **riscos de prejuízos irreversíveis a atividades produtivas**. Adicionalmente, no campo institucional, e em que pese o reconhecimento da necessidade de se ampliarem os níveis de competitividade da economia brasileira, é **preciso reverter os movimentos que têm ocorrido principalmente no sentido oposto, com a criação de custos adicionais e com o enrijecimento da legislação** (grifos nossos).

Modernizar é, segundo Houaiss e Villar (2009, p.1304) “tornar moderno acompanhando a evolução e as tendências do mundo atual”. Para a CNI, fazer parte da economia moderna significa participar de um processo de adaptação à fase atual

de desenvolvimento do capitalismo, que é o de acumulação flexível. O sistema produtivo capitalista tem como uma de suas principais características promover a contínua construção na destruição como fundamento de sua existência na atual fase e sob esta lógica, faz-se necessário também destruir a legislação trabalhista em vigor substituindo-a por outra que melhor atenda a seus anseios e necessidades.

Modernidade é um signo sob permanente assalto de posições ideológico-discursivas neste momento de recrudescimento do neoliberalismo e de desconstrução do Estado de bem-estar social. O presente discurso o utiliza como emblema de avanço, oposto ao antigo, porém na prática, a terceirização proposta, longe de ser novidade, revela-se retrocesso, em perda de direitos, há uma exaltação do seu sentido positivo para ocultar seu resultado. Nas palavras de Bakhtin “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.”(BAKHTIN, 2010, p. 32). O Ser moderno vendido pelo discurso é o ser flexível, ajustável à dinâmica do mercado, ajuste que resulta no aumento de ganhos e de vagas de emprego, porém, esse meio moderno e imediato de maximizar os ganhos para as empresas, para os trabalhadores e para o país, é condicionado pelo locutor à redução de direitos e dos recursos somente de uma das partes da relação, a dos trabalhadores. Segundo Furtado “na civilização industrial o futuro está em grande parte condicionado por decisões [...] que estão sendo tomadas no presente em função de um curto horizonte temporal” (FURTADO, 1996, p.13). Sob a promessa de um mundo moderno “novo”, o locutor anseia em nos fazer esquecer dos percalços (revoltas, massacres, greves) deste longo caminho e que ainda persistem. De modo geral o anseio pelo novo expõe sempre um desejo de mudança e de certa insatisfação, porém este signo pode significar interesses divergentes: para a CNI essa mudança estaria consolidada com o retorno de condições de período em que inexistiam entraves legais através de velhas-novas formas de gestão empresarial como a terceirização; e para outros pode significar a restauração de laços de solidariedade, de consciência de classe, a busca pela efetividade e ampliação de cabedal normativo dentre muitas outras possibilidades. A plasticidade do conceito se dá, como dito anteriormente, devido aos distintos códigos ideológicos de comunicação, aos seus distintos índices de valor que cada esfera atribui e que conferem a este e a outros signos aspecto plurivalente.

As 101 propostas

O presente documento reúne um conjunto de propostas que visam contribuir para a modernização das relações do trabalho no Brasil. Essas propostas têm diferentes graus de complexidade. Muitas proposições requerem apenas atos normativos para sua implementação, estando vinculadas apenas a decisões do Poder Executivo. Outras são mais complexas e dependem de processos legislativos. Algumas outras podem ser implementadas pelo Poder Judiciário. Embora o documento contemple questões estruturais de longo prazo, há nele uma grande quantidade de questões imediatas que, se houver disposição dos atores sociais, são de enfrentamento relativamente fácil. **Para a realização do trabalho, foi identificado um conjunto significativo de situações que, do ponto de vista empresarial, poderiam ser mais bem equacionadas.** Em cada uma delas, **buscou-se identificar uma “irracionalidade”** que caracterizasse um problema e, em seguida, avaliaram-se seus impactos negativos. Com base nesses elementos, foram então elaboradas as propostas, relacionados os ganhos esperados e especificadas as medidas necessárias para sua implantação. As propostas com maior impacto econômico e as que mais influenciam a segurança jurídica receberam um símbolo gráfico para destacá-las no texto. Os temas são os mais diversos, envolvendo questões, como, por exemplo, negociação, contratos, jornadas, benefícios, obrigações acessórias, qualificação, saúde e segurança do trabalho, seguridade social, inspeção do trabalho, Justiça do Trabalho, inclusão social e produtiva e processos burocráticos, entre outros. Foram incluídas no documento apenas as propostas relacionadas à realidade normativa existente. Assim, proposições legislativas que tramitam atualmente no Congresso e que, se aprovadas, podem prejudicar os níveis de competitividade da economia brasileira, não foram abordadas neste trabalho. Optou-se ainda por incluir apenas os principais problemas na área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), uma vez que, nesse caso, haveria espaço para a identificação de pelo menos mais outras 101 propostas. Entretanto, questões associadas a excessos na Norma Regulamentadora 12 (NR-12) relacionado à proteção em máquinas e equipamentos, aos equívocos do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), à ausência de metodologia adequada no enquadramento do Seguro Acidente de Trabalho e à “proibição do trabalho a céu aberto”, por exemplo, não puderam deixar de ser incluídas na agenda aqui proposta. **Trata-se de uma agenda silenciosa, muito pouco conhecida ou discutida, mas cujos efeitos deletérios podem ser impressionantes e que, portanto, devem ser enfrentados imediatamente.** O trabalho foi desenvolvido por um grupo multidisciplinar de profissionais e abordou um universo grande de temas de variados graus de complexidade. É de se esperar que existam leituras diferentes para diversas situações, especialmente quando se entra no campo das interpretações jurídicas. Contudo, o que se **buscou foi trazer mais elementos para qualificar o debate e facilitar os avanços** (grifos nossos)

Interessante o apelo que o enunciante faz para o diálogo ao debate quando em sua construção discursiva não há espaço para o mesmo, visto que prevalece perspectiva monológica (única lógica possível) que sufoca, isola e constrange ao desqualificar como retrógrado e irracional qualquer discurso com posição divergente.

As linhas de modernização

Algumas linhas centrais orientaram a construção das propostas para modernização. Sem dúvida, a mais emblemática e com maior potencial de alterar as bases do sistema é a “valorização dos processos de negociação”. O trabalho inicia-se, assim, com duas propostas concretas nessa direção. Uma segunda linha relaciona-se ao estabelecimento de “regras claras, seguras e justas para todos os envolvidos”. Dessa linha emergem propostas como a modulação de efeitos de súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o controle eletrônico, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), de atestados médicos e a criação de um conselho de recursos no âmbito do MTE. Soluções para o aumento da produtividade formam uma terceira linha, com propostas como sistemas de remuneração estratégica, compensações de jornada e flexibilização do trabalho por prazo determinado. O trabalho traz também propostas que visam “reduzir o risco associado a contratações”, transferindo para a seguridade social responsabilidades atinentes à sua missão. Assim, são tratadas propostas ligadas à maternidade, à inexistência de estabilidade em contratos por prazo determinado e a planos de saúde em afastamentos por invalidez. A “desoneração do trabalho formal” é um aspecto comum a muitas propostas, que envolvem, por exemplo, a desoneração da folha salarial, a extinção da multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a não incidência de contribuições previdenciárias sobre verbas indenizatórias. Outra linha seria a da “redução da burocracia e de irracionalidades”, que tem no “ponto eletrônico” seu exemplo mais forte. Muitas propostas foram concebidas para “afastar entraves a benefícios aos trabalhadores”. Essas propostas envolvem aspectos relacionados às restrições que dificultam o acesso à previdência complementar, à possibilidade de negociar a redução do intervalo intrajornada e à extensão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para empresas que não trabalham com lucro real. Há ainda propostas que estimulam a adoção de “políticas públicas pró-emprego”, atendendo especialmente grupos populacionais específicos. São exemplos a reabilitação profissional, os incentivos para contratação de egressos do sistema penitenciário e a manutenção parcial do Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos empregos de pessoas com deficiência. Por fim, muitas propostas associam-se a temas ligados à essencialmente à inviabilidade e/ou total irrazoabilidade em relação à forma como são tratadas atualmente, tais como NR12, caracterização de trabalho escravo, ultratividade e proibição do trabalho a céu aberto. Embora essas grandes linhas e os exemplos mencionados contribuam para melhor compreensão do conteúdo deste documento, os agrupamentos aqui mencionados não definem a ordem segundo a qual são apresentadas as propostas. Em meio a tantos temas que se inter-relacionam, não seria viável nem adequado estabelecer uma tipologia que os enquadrasse em blocos. Assim, a apresentação das propostas ocorre de forma sequencial. Espera-se que as propostas aqui reunidas sirvam para um processo de aprofundamento do diálogo entre os diversos atores institucionais envolvidos com as relações do trabalho no Brasil. Pretende-se, assim, contribuir para enriquecer o debate e para melhorar as condições para o avanço na direção almejada pelo país.

O discurso empresarial universalizante sob declarada neutralidade científica, busca fundamentar e justificar, segundo o locutor desideologizadamente, a necessidade de aumento do seu lucro. Encoberto sob o termo modernização, quer legitimar a ideia de que todo corpo social será beneficiado pelas novas medidas e de que qualquer discurso divergente que se coloque contra o bem comum, contra o

novo, é portanto antidemocrático, já que trata do interesse geral, razão pela qual os “colaboradores” através do “trabalho voluntário ou em equipe”, devem suportar as dificuldades parcialmente distribuídas e “vestir a camisa”, defendendo aguerridamente como se fosse “dono do negócio” a sua implementação, horizonte no qual a maioria tem que se comprometer com os interesses de uma minoria, ou seja, onde tudo é possível, mas não para todos. Ideários que configuram o insistente ataque à subjetividade do trabalhador.

Por mais eficaz que possa ser a ideologia dominante, ela nunca é inteiramente assimilada pelas classes dominadas. Na realidade ela passa por um certo limite estabelecido na situação de classe das classes dominadas que torna essa assimilação total impossível (PARANHOS, 1984, p. 49).

4.2.3 Análise do discurso empregado pela CNI a respeito da proposta especificamente destinada à terceirização

A atenção estará voltada agora à proposta de número 19 das “101 Propostas para Modernização Trabalhista”, intitulada Terceirização. Segue o texto da proposta:

ALTO IMPACTO EM INSEGURANÇA JURÍDICA ALTO IMPACTO ECONÔMICO

Ementa: propõe a regulamentação para permitir a terceirização de qualquer atividade da empresa, **desde que garantida a proteção do trabalhador.**

Problema (irracionalidade)

O **trabalho terceirizado é parte integrante da economia moderna.** A partir dela, redes de produção são formadas **visando entregar** ao final um **produto ou serviço com mais qualidade e preços mais acessíveis**, em um processo capaz de **incorporar tecnologia e inovação** de forma bem mais rápida. A terceirização é um processo complexo por se referir a uma grande variedade de arranjos. No limite, não existe empresa tão verticalizada que não terceiriza nada do que é necessário para a entrega final de seus produtos. Porém, **diante do vácuo legal sobre o tema**, o Tribunal Superior do Trabalho, editou há mais de 10 anos a Súmula 331, que estabeleceu uma restrição à terceirização das atividades denominadas “fim”, permitindo apenas a terceirização das atividades denominadas “meio”. À medida que este conceito foi colocado de forma permanente à prova, **observou-se sua insuficiência como delimitador.** A inexistência de uma conceituação e de possibilidade de verificação objetiva do que efetivamente seja atividade-meio e atividade-fim **causa insegurança jurídica** e uma série de **transtornos às empresas, com fiscalizações e decisões judiciais extremamente discrepantes.** Por exemplo, a contratação de serviços de manutenção de uma planta petroquímica, que envolve especializações e ocorre dentro de completa regularidade trabalhista, passou a ser questionada como atividade-fim da petroquímica. Não parece fazer sentido, pois a petroquímica não vive para fazer manutenção, mas também não vive sem ela. E o que é curioso é que a própria empresa de

serviços de manutenção, cuja atividade-fim parece clara, por vezes, precisa contratar outras mesmo na sua atividade-fim para situações que exigem especialização própria. Além disso, no caso de terceirização em atividades ditas fins, normalmente o trabalhador está no mesmo sindicato dos trabalhadores da contratante, o que reduz a fragmentação defendida pelas entidades sindicais. Isto porque, **a partir da instituição da responsabilidade subsidiária, o trabalhador terceirizado passou a ser o único com dupla proteção, o que reduziu fortemente o problema do não cumprimento dos direitos do trabalhador.** Assim, **a terceirização é imprescindível na organização econômica moderna e deve ser regulamentada para dar segurança jurídica a todos.**” (grifos nossos)

Consequências do problema

Custos •A impossibilidade de terceirizar implica processos produtivos menos eficientes e **mais onerosos**. Além, disso, há formação de **grandes passivos trabalhistas**, na maioria, ocultos, **decorrentes** de decisões sem base legal que determinam **equiparações**.

Insegurança jurídica •A ausência de regras claras expõe as empresas a elevados níveis de insegurança jurídica.

Restrições à produtividade/ inovação •A opção pela terceirização é gerencial e, muitas vezes, as restrições impedem a empresa de formar uma rede de produção mais produtiva e eficiente.

Padrão laboral e produtivo

Solução do problema e suas implicações

Proposta •Fixação de um marco legal conclusivo sobre o tema que determine a possibilidade de terceirizar qualquer tipo de atividade, **mantendo as devidas proteções legais para trabalhadores terceirizados.**

Ganho esperado •**Aumento de competitividade** das empresas e **mais proteção para os trabalhadores** que participam das terceirizações como empregados diretos ou como contratados, com ampliação dos investimentos produtivos e **redução dos custos aos consumidores.** (grifos nossos)

O presente documento oficial carrega através do seu discurso condição implícita que não é trazida ao debate, ou seja, a enorme flexibilidade desse novo modelo de gestão empresarial capitalista, através do qual todo um complexo produtivo pode ser rapidamente transplantado para qualquer parte do planeta, confere a estas empresas posição de centro e poder em importantes decisões de Estado sejam elas econômicas, sociais ou políticas (FURTADO, 1996).

Este ponto do discurso tem seu núcleo responsivo organizado em torno da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que autorizou a contratação de trabalhadores por empresa interposta nas atividades-meio, mantendo a vedação desta modalidade de contratação para as atividades-fim. O locutor oculta o fato de que a referida Súmula constitui em concessão ao pleito empresarial realizado pelo legislativo e judiciário sob a justificativa e reconhecimento da necessidade das

empresas em se especializarem na sua atividade-fim, no seu *core business* em prol da qualidade dos produtos e serviços e da eficiência porém, sem maiores informações sobre o funcionamento do modelo que se pretende ampliar e menos ainda sobre a sua mudança argumentativa, é sob o argumento da insegurança jurídica frente à impossibilidade da determinação destes limites “meio-fim” que a Súmula e qualquer outra possibilidade passam a serem apontadas como irracionais.

Embora o locutor defenda a superação de todas as barreiras à terceirização, arremata a sua ementa com um porém, que esta medida só deverá ser considerada se garantida a proteção do trabalhador, ação que reconhece a existência do risco ao mesmo tempo em que projeta aos locutores o sentido de compromisso no qual serão respeitados os limites legais como a jornada diária, que estarão garantidas as proteções física e moral de seus trabalhadores e de que não haverá redução de ganhos dentre tantos outros benefícios em risco, pontos inversamente defendidos pelo enunciante em todo o seu discurso. Neste sentido:

a sua ideologia é a um só tempo falsa e verdadeira, verdadeira enquanto expressão consciente dos seus interesses reais de classe bem como da operacionalização em formas de ação concreta para alcançá-los. Falsa, porque como é regra até hoje, para as classes dominantes a representação verdadeira de seus interesses conduz a necessidade de mistificar, de falsear as verdadeiras relações de classe (PARANHOS, 1984, p.19).

O fato do locutor, logo na ementa da proposta, fazer essa ressalva funciona como uma mea culpa, um reconhecimento indireto de que a terceirização necessariamente precariza o trabalho e a relação laboral, sendo-lhe consequência direta.

Além da argumentação tecida em torno do conceito de segurança ou insegurança jurídica, que domina o texto apresentado pelo locutor, certas afirmações e ideias contidas nesta proposta chamam a atenção. A CNI afirma que é impossível haver uma empresa que seja completamente verticalizada, a ponto de nunca necessitar de algum serviço terceirizado. De fato, no atual momento pelo qual passa o sistema produtivo capitalista, a horizontalização da gestão e da produção industrial é elemento fundamental e mesmo característico do sistema toyotista. Sem o qual, afirma a CNI reiteradamente, a competitividade da empresa é comprometida. A partir desta colocação argumentativa, o locutor ressalta benefícios ligados à terceirização, como a produção de um bem ou a realização de um serviço de melhor qualidade e de menor custo. A terceirização generalizada traria então essa necessária liberdade

na forma de produzir que até o momento não era possível, pois era, até então, ilegal segundo a Súmula 331 do TST. A CNI também faz uso de subterfúgios lingüísticos ao promover distinções indiretas no decorrer do texto entre o que seria, na sua visão, antigo (legislação trabalhista, CLT, TST) e novo (flexibilização, terceirização como processo complexo). Ou seja, a CNI deseja se adaptar aos novos tempos, mas a legislação, tão atrasada e antiquada, não permite, o que certamente configura na alegada irracionalidade que aquela pretende resolver. Ao mesmo tempo, parte da argumentação não gira em torno de custo como fator decisivo para justificar a terceirização, mas sim da especialização. Falar em especialização afasta a noção de precarização do conceito de terceirização. Não é por acaso então que o locutor a emprega de modo a fundamentar positivamente o seu discurso, pois, ao mesmo tempo, não seria possível imaginar um serviço que seja especializado no qual o especialista trabalhe por baixos salários, afinal trata-se de trabalho qualificado. Com o mesmo intento, o locutor comenta mais a frente a curiosa e vantajosa situação na qual o trabalhador terceirizado se encontraria, por participar do mesmo sindicato do qual participam os trabalhadores da empresa contratante e desfrutar de dupla proteção, já que, pelo projeto de Lei nº 4330/2004, a responsabilidade trabalhista das empresas contratada e contratante seria solidária. Com a aprovação da responsabilidade subsidiária, contida na Lei nº 13467/2017, na qual a responsabilidade trabalhista da empresa contratante só começa a partir do esgotamento dos recursos interpostos junto à empresa contratada, temos clara demonstração da preocupação do empresariado com a manutenção dos direitos do trabalhador e de seu progressivo caráter predatório.

Segue texto da carta de recomendações da CNI:

Medida necessária/instrumento •Projeto de lei regulamentando a terceirização (ver PL 4.330/2004 em tramitação no Congresso Nacional) (CNI, 2012).

Ao mesmo tempo em que propõe a terceirização o locutor revela a necessidade de transmutação de suas recomendações em normas que “devem ser” pelo medo da transgressão legal obedecidas, requerendo às suas pretensões “universais” o devido respaldo legal e a devida segurança jurídica. A aparente naturalidade com que o locutor requisita ou recomenda a outra esfera de poder a sua devida validação, demonstra ao mesmo tempo o limite e a capacidade de infiltração desse discurso. A legitimação do seu poder e do seu discurso tem que ser

institucionalizada pelo direito, pois é ele quem ditará como se dará a compra e a venda do trabalho e pacificará as regras da sua moderna exploração compulsória, ou seja, é em última análise quem fará a distribuição de poder dentro da sociedade.

A pretensão de neutralidade no discurso hegemônico sobre a modernidade é o artifício que a classe dominante utiliza para dar às suas pretensões ares de universalidade. Assim como todas as esferas de atividade humana, o Direito, por ser um fenômeno social, por estar sujeito ao jogo de coerções políticas e sociais da sua época, também deve ser compreendido a partir de sua materialidade e historicidade. No atual sistema capitalista, com base nos últimos pareceres realizados pelos operadores do Direito acerca da terceirização (Lei 13267/2017, ADPF 324 e RE 958252), devemos questionar que função garantidora este instituto legitimado por sua imparcialidade e poder de autoridade pública tem buscado assegurar e que interesses entende como universais. Devemos questionar ainda se busca assegurar as garantias constitucionais fundadas na dignidade humana ou a conformação dos comportamentos e das múltiplas vozes, em favor da livre iniciativa e da manutenção da produção e circulação de mercadorias a qualquer custo. Se for esta última a universalidade garantida, o aparelho jurídico, ao legalizar o até então fundamentado e entendido por ele próprio como ilegal, ao autorizar os instrumentos necessários para tal fim, comprova que teremos muito além de uma legislação trabalhista “moderna”, mas também um Direito “moderno” e por que não dizer “terceirizado”. O que reflete (descreve) e refrata (interpreta) o Direito hoje em seu desdito, é a sua opção ética por sistemas legais que, modernizados, normalizam através de um discurso parcial, monológico e atrelado ao campo de visão do presente locutor, a CNI, a perpetuação do *status quo* e de suas desigualdades históricas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

todo enunciado tem sempre um destinatário (de índole variada, graus variados, de proximidade, de concretude, de compreensibilidade, etc), cuja compreensão responsiva o autor da obra do discurso procura e antecipa (BAKHTIN 2003 p. 333).

Todo e qualquer enunciado convoca uma resposta, uma atitude responsiva de outrem, dentre as múltiplas formas de se abordar e de se pensar a realidade do mundo laboral optou-se no presente trabalho pelo caminho do discurso, entendido como importante instrumento de exposição e imposição de ideias que nos permite refletir sobre o atual momento histórico. Os Capítulos 1 e 2 apresentaram desdobramento histórico do mundo do trabalho e suas respectivas reestruturações produtivas até o momento atual marcado pela globalização econômica e pelos modelos de gestão horizontalizados, seguido de breve histórico acerca da constituição e expansão da Confederação Nacional da Indústria (CNI) cuja locução é o objeto de análise do presente trabalho. Compreendida como um dos mais importantes aparelhos de hegemonia da burguesia industrial nacional a CNI e seus discursos, revelam constante movimento de construção e reconstrução de “diferentes” fins, pelos quais almejam o convencimento da sociedade política e civil, de que a superação de todos os males do País (desemprego, educação, desigualdade social e desempenho econômico) estão intimamente relacionados aos elementos indicados e “heroicamente combatidos” por esta entidade. Dentre as décadas de 30 a 60 podemos indicar como fim a ser perseguido por “todo conjunto da sociedade” a imagem de nação industrializada; no fim dos anos 60 e anos 70 persegue-se o País desenvolvido e a partir dos anos 80 sob a égide do padrão de acumulação flexível o fim para toda a nação brasileira passou a ser a economia internacional e competitiva. Para cada um destes momentos foi construído um discurso hegemônico compatível que fosse capaz de conformar o corpo e a alma da sociedade e o próprio Estado às necessidades do capital e na persecução das metas da burguesia industrial. Os diversos documentos publicados assim como a cartilha em análise são entendidos como ato responsivo da CNI, que revelam na oscilação do seu discurso, na introdução e hierarquização de diferentes vozes e objetos do dizer ao longo de sua existência, além da sua posição frente ao grande e

pequeno diálogo de sua época, a sua sujeição discursiva, resultantes das diversas coerções que atingem todas as esferas ideológicas da sociedade.

Cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (MARX; ENGELS, 1984, p.58).

Sob esta perspectiva o Estado e o Direito são “a forma de organização que os burgueses se dão tanto externa como internamente, para garantia mútua de sua propriedade e dos interesses” (MARX; ENGELS, 1984, p.101). Na atual fase do capital, o pacote apresentado como civilizatório revela sua natureza eminentemente econômica, aponta o caminho para o soerguimento da nação e a superação de todos os seus problemas sociais, via economia competitiva, sendo para isto inapelável a flexibilização da legislação trabalhista, reestruturação produtiva e reforma tributária.

Portanto o trajeto percorrido teve em vista o de apreender o contexto dialógico que forjou as construções discursivas, bem como as diferentes posições ideológicas por elas refletidas e refratadas. Sob esta perspectiva, nos primeiros capítulos foram definidos conceitos, acompanhadas transformações e constatada a permanência, ao longo desse caminho, de dois sujeitos e classes históricas em constante luta.

O objetivo da presente pesquisa é o de averiguar a compatibilidade do instrumento proposto, terceirização, com o discurso de modernização das leis trabalhistas para o desenvolvimento nacional recomendados na cartilha de 101 Propostas da CNI. Para dar suporte a análise deste enunciado apresenta-se no Capítulo 3 algumas categorias de análise do discurso elaboradas por Bakhtin e a análise do discurso presente na Cartilha das 101 Propostas para Modernização da Legislação Trabalhista, teoricamente através dos ensinamentos de Bakhtin e de estudiosos do mundo do trabalho e empiricamente através de artigos atinentes ao tema, informações relevantes para análise e compreensão da forma e intensidade com que os fatos econômicos, políticos e sociais reverberaram no direito do trabalho.

A presente análise permitiu a seguinte constatação: a defendida modernização via terceirização constitui-se em retrocesso, descaso com as lutas históricas, oculta sob o termo valorado positivamente e seus argumentos universalizantes, a dissipação irremediável de direitos e conquistas sócio trabalhistas ainda incipientes, equivalendo, guardadas as suas devidas peculiaridades e proporções, ao que no direito penal é nomeado como *reformatio in pejus* ou seja, reforma de uma decisão para pior. O moderno pleiteado pelo presente discurso é a total liberdade para dirigir e subordinar, mediante predação do direito do trabalho, de acordo com as exigências do mercado.

Mesmo diante dos limites deste projeto apresentados no corpo deste trabalho é flagrante a reprodução deste ideário pela esfera jurídica. Situação na qual testemunhamos perplexos a migração dos argumentos empresariais presentes nas páginas da cartilha das 101 Propostas da CNI, para as páginas dos julgados do STF, na ação de Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 impetrada pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) no qual o relator do julgamento da ADPF, o Ministro Luis Roberto Barroso vota procedente o pedido sob o seguinte argumento “num momento em que há 13 milhões de desempregados e 37 milhões de trabalhadores na informalidade, é preciso considerar as opções disponíveis sem preconceitos ideológicos ou apego a dogmas” (STF, 2018) e no RE 958252 no qual o Ministro Luiz Fux provê a reforma da decisão da Justiça do Trabalho que proibiu a terceirização praticada pela empresa Celulose Nipo Brasileira S/A (Cenibra) sob o argumento de que “é essencial para o progresso dos trabalhadores brasileiros a liberdade de organização produtiva dos cidadãos [...] não haverá a mínima violação a nenhum dos direitos consagrados constitucionalmente” (STF, 2018) argumentos centrados na livre concorrência, na livre iniciativa e restritos a esta segurança jurídica, que revelam total concordância narrativa com o discurso apresentado pelo documento oficial da CNI. Assim como o discurso da CNI, a fundamentação da Decisão por sua legalidade e livre implementação mostrou-se monológica, centrípeta e autoritária, surda dentre tantos outros fatores, à relação causal entre o desemprego e a concentração de capital. O que é apresentado como moderno pela CNI, nas palavras de Barroso é imposto como a “única opção possível”. Sob o argumento de reduzir a desigualdade através de instrumento que gera mais desigualdade, enterra-se por completo o sentido constitucional do trabalho em um projeto democrático.

Não é necessário concordar com o presente discurso da CNI para perceber sua importância. Nele está exposto um conjunto de questões que sempre foram banhados pela mistificação. A forma na qual tais elementos sempre foram dados a conhecer exige dos interlocutores interessados em se posicionar responsivamente, esforço avaliativo em movimento centrífugo para trazer a superfície deste tipo de discurso outras possibilidades que não o caminho aqui proposto e validado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, nº 111, out. 2016.

_____. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARROS, D.L.P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (orgs.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 1996.

BOITO JR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 28, pp. 57-73, jun. 2007.

BOTTOMORE, T. (ed.) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 19/07/2018.

_____. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 22/07/2018.

CARELLI, R. **Terceirização e intermediação de mão de obra, ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Estatuto**. São Paulo: CNI, 2008. Disponível em: <www.portalindustria.com.br/CNI/institucional/historia/#slider-thumbs-main>. Acesso em: 28/06/2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; CASALLI, E. (coord.). **101 propostas para Modernização Trabalhista**. Brasília: CNI, 2012.

COUTINHO, G. F. **Terceirização**: máquina de moer gente trabalhadora. São Paulo: LTr, 2015.

DALLEGRAVE NETO, J. A. Apresentação. In: DALLEGRAVE NETO, J. A. e KAJOTA, E. (coord.) **Reforma trabalhista ponto a ponto**: estudos em homenagem ao professor Luiz Eduardo Gunther. São Paulo: LTr, 2018.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 12.ed. São Paulo: LTr, 2013.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias lingüísticas do círculo de Bakhtin. 2.ed. Curitiba: Criar, 2006.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FILGUEIRAS, V.; CAVALCANTE, S. M. Terceirização: um problema conceitual e político. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, nº. 90, jan. 2015.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIGLIO, W. Terceirização. **Revista LTr**. São Paulo, vol. 75, nº 4, p. 391 a 394, abril 2011.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEME, M. S. **Ideologia dos Industriais Brasileiros, 1919-1945**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARX, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. 3. ed. São Paulo: Global, 1979.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 1984.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MELHADO, R. **Metamorfoses do capital e do trabalho**: relações de poder, reforma do judiciário e competência da justiça laboral. São Paulo: LTr, 2006.

PAMPLONA FILHO, R.; FERNANDEZ, L. A prescrição total na reforma trabalhista. In: DALLEGRAVE NETO, J. A. e KAJOTA, E. (coord.) **Reforma trabalhista ponto a ponto**: estudos em homenagem ao professor Luiz Eduardo Gunther. São Paulo: LTr, 2018.

PARANHOS, A. **Dialética da dominação**: dominação ideológica e consciência de classe. Campinas: Papirus, 1984.

POCHMANN, M. Terceirização e suas conseqüências no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, nº 118, maio 2017.

RODRIGUES, J. **Educação superior e conhecimento para a competitividade**: convergências entre as propostas da CNI e do Governo Lula para a reforma universitária. Disponível em: < 28re.anped.org.br/textos/gt09/gt09479int.rtf>. Acesso em 29/06/2018.

SILVA, O. J. de P. e. **Vocabulário jurídico**. 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SOUZA, J. O problema do Brasil é o ódio ao pobre. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, nº 122, ano 11, p. 16, set. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Relatores votam pela licitude de contratação em atividade-fim no julgamento sobre terceirização**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verImpressao.asp>>. Acesso em 11/09/2018.

VIEIRA, R. de O. **O discurso citado em reportagens sobre a greve dos professores estaduais no Ceará em 2011: uma análise bakhtiniana**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, 2013.